



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 016

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 016

17ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 11

Dep. Ademar Traiano..... 13

Dep. Jocelito Canto..... 16

Dep. Tadeu Veneri..... 17

Grande Expediente:

Dr. Miguel Riella 19

Oradores:

Dep. Cida Borghetti 20

Dep. Neivo Beraldin 21

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 12

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 14

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 21

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 23

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

Redação Final 26

2ª Discussão 26

1ª Discussão 27

Requerimentos 30

Encerramento da Sessão 31

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato 31

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 31

DIÁRIO Nº 016

17ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

09 DE MARÇO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Tadeu Veneri.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Cleiton Kielse, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Plauto Miró (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 169/2010/GS do Sr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, que solicita esclarecimentos sobre os níveis mínimos de resíduos de agrotóxicos nos organismos de mulheres e crianças. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob os nºs 571 e 588/10-DIRPP/DEPEN/MJ do Sr. André Luiz de Almeida e Cunha - Diretor de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça, informando a liberação de recursos referente ao Convênio nº 031/09 - aquisição de equipamentos de segurança, decorrente da parceria firmada entre o referido Ministério, por meio do Departamento Penitenciário Nacional e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 213/10-CGPG/GAB/SESU/MEC da Sra. Valéria Grilanda Rodrigues Paiva - Ordenadora de Despesa, Substituta do Ministério da Educação, comunicando a celebração de convênios entre a Secretaria de Educação Superior e a Universidade Estadual de Maringá - UEM e a Universidade Estadual de Ponta Grossa. - UEPG, com o objeto de emenda. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 092/10/MINC/SE/DGI do Sr. Humberto Miranda Cardoso - Diretor de Gestão Interna do Ministério da Cultura, informando a liberação de recursos em favor da Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, com o objeto Pensadores Brasileiros que marcaram o século XX. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 992/10/REDUR/LD do Sr. Sérgio Luiz Zacarias, Gerente Geral da Agência Nova Londres da Caixa Econômica Federal, notificando o desbloqueio de recursos financeiros, com o objetivo de aquisição de equipamentos, conforme Contrato de Repasse OGU nº 0244890-19/2007/MAPA/CAIXA, que tem como contratado o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL000011 e AL000012/10 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de conceder apoio financeiro para a implementação das ações educacionais constantes no Plano de Ações Articuladas - PAR, no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, junto a Programa Brasil Profissionalizado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000013/10 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Universidade Estadual de Ponta Grossa, com o objetivo de implantar curso de Licenciatura em Geografia à Distância e implementar polos do curso de Geografia, no âmbito do Programa Pró-Licenciatura Fase II. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 502

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 321/08, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 128, VIII do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER a retirada de coautoria do Projeto de Lei nº 076/10.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 501

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 128, VIII do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER a retirada de coautoria do Projeto de Lei nº 076/10.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificar ausência nas Sessões Ordinárias e/ou Extraordinárias a serem realizadas no dia 10 de março do corrente ano, em virtude de sua participação como Parlamentar representante da região de Umuarama, na ExpoUmuarama.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 499

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a criação da Frente Parlamentar, com a finalidade de acompanhar a tramitação, no Congresso Nacional, do projeto de lei que trata da legalização dos bingos, vídeobingos e videoloterias no território nacional. O prazo de funcionamento da frente será determinado pelo trâmite da proposta no Congresso Nacional. Ela encerrará suas atividades no momento em que todos os trâmites legais forem finalizados.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 504

Senhor Presidente:

O Deputado Chico Noroeste (PR), que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Exmo. Governador Roberto Requião e ao Secretário Estadual de Justiça, a imediata construção, já prevista no plano de obras do Governo do Estado, da penitenciária feminina no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A quantidade cada vez maior de mulheres presas na região de Foz do Iguaçu, na Região Oeste do Estado, urge a construção da primeira penitenciária feminina do interior do Paraná. O Estado só tem duas unidades prisionais: a penitenciária estadual em Piraquara e um centro de regime semiaberto de Curitiba. A capacidade das unidades chega a 462 reclusas.

Já na região de Foz do Iguaçu, atualmente, 146 mulheres estão presas em galerias improvisadas na Cadeia Laudemir Neves em Três Lagoas - uma unidade de prisão masculina. Das 146 mulheres, 27 estão condenadas e 119 estão à espera de julgamento ou de outras medidas judiciais. As condições das mulheres no chamado Cadeião de Três Lagoas são precárias, insalubres e atentam contra a saúde e dignidade das detentas.

Por outro lado, o Governo do Estado tem no seu plano de obras a construção de uma unidade prisional feminina em Foz do Iguaçu com a capacidade prevista para abrigar 300 mulheres condenadas pela Justiça.

A penitenciária, a princípio, já tem o terreno destinado pelo Município. A área fica próxima da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, exclusivamente masculina, e da Cadeia Pública Laudemir Neves e da Casa de Custódia.

O custo da penitenciária feminina está estimado em torno de R\$ 7 milhões. Segundo informações, a maior parte dos recursos, cerca de 80%, será financiada pelo Governo Federal. Além dos 20% restantes, o Estado deverá arcar também com a implantação e manutenção de programas de ressocialização.

Outra informação que temos é de que o Estado aguarda a autorização do Ministério da Justiça para iniciar o processo licitatório para a construção da unidade prisional feminina na Cidade de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 480

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Claudio Xavier, ocorrido hoje em Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O súbito passamento do ilustre médico pediatra, o Dr. Cláudio Xavier, entristece imensamente todas as pessoas que tiveram a ventura de privar do seu convívio.

Sua morte, repentina, acabrunha a todos nós, seus colegas de profissão.

Imagino chorosas as milhares de famílias esparramadas por todos os quadrantes deste nosso Estado que se beneficiaram das ações desenvolvidas pelo eminente médico quando no exercício do secretariado da Saúde e do Bem Estar nos anos de 2003 a 2006 atendendo à acertada e justa convocação feita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, o Dr. Roberto Requião.

Zeloso cumpridor do aprendizado na Faculdade de Medicina da nossa Universidade Federal do Paraná, o Dr. Cláudio Xavier consagrou-se como expoente em sua área, atuando ora em funções públicas como Oficial Médico do Hospital Geral do Estado, ora em estabelecimento referencial de saúde como o Hospital Santa Brígida, e no atendimento da sua vasta agenda de famílias que hoje também pranteiam o seu inesperado partir.

As insondáveis e misteriosas prescrições divinas repentinamente subtraem da nossa vivência, em pleno viço, a serenidade, a dedicação e o humanitarismo, virtudes que caracterizaram sobejamente, a personalidade e o caráter do Dr. Cláudio Xavier.

Deixou-nos apressadamente, levando para o seu túmulo, a ferida ainda sangrando, provocada pelo martírio fatal, também precoce, da sua amada filha, cujo nome houve por justiça, se perpetuar na construção do seu legado maior que é o Centro de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier.

Grande artífice da implantação da regionalização da Saúde, Cláudio Xavier estabeleceu em sua gestão frente à SESA, ações consistentes para priorizar a prevenção de doenças através da constituição das equipes para o desenvolvimento do Programa Saúde da Família que redundou na redução de quase 20% do coeficiente da mortalidade materno-infantil em nosso Estado.

Essa diminuição foi considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, como a maior registrada no ano de 2005.

Associo os meus mais sinceros sentimentos de tristeza, às lamentações expressas por todos os meus colegas Deputados, as minhas colegas Deputadas.

Que estas nossas lamentações mescladas com as nossas admirações sejam as justificativas maiores para o registro deste voto de pesar nos Anais desta Casa.

Que, desta decisão, se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 481

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento de Belarmino Maia da Silva, ocorrido no dia 05/03/10, no Município de Santana do Itararé/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Aparecida Maria da Silva.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor. Belarmino Maia da Silva fez história em vida. Uma história honrada, de trabalho e dedicação ao próximo.

Esposo, pai, trabalhador e amigo, sua existência foi marcada pela forma generoso de ser.

Como trabalhador, lutou incansavelmente para superar as dificuldades. Foi pecuarista e agricultor.

No âmbito familiar, criou com muito esmero e disciplina seus filhos. Como marido, sempre foi companheiro, leal e amigo. Casado com a Sra. Aparecida Maria da Silva, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-lo, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade, humildade e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente a ausência do Sr. Belarmino.

Lamentavelmente, partiu para outra jornada, mas Deus na sua infinita sabedoria sabe o que faz. Por isso confere-me o dever de solicitar apoio aos meus Pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para aprovar o presente voto de condolências a toda família, ao povo de Santana do Itararé e também uma última homenagem ao Sr. Belarmino Maia da Silva.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO N° 486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos de hoje, voto de profunda saudade do Dr. Tancredo de Almeida Neves, que se vivo estivesse, teria completado 100 anos de idade no último dia 04 do corrente.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência à família do saudoso Dr. Tancredo de Almeida Neves por intermédio do Dr. Aécio Neves DD. Governador do Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Se estivesse vivo o Dr. Tancredo de Almeida Neves, teria completado 100 anos de idade no último dia 04 do corrente, mas, está no céu junto à Deus.

O homem foi criado à imagem e à semelhança de Deus, por isso devemos amá-lo e respeitá-lo em seus direitos e deveres, fazendo da sua liberdade um lema de nossa luta em favor de dias melhores para o povo brasileiro, com respeito à liberdade de expressão.

Os pensamentos e as palavras do grande estadista Tancredo de Almeida Neves, são evidências diretas do encontro intensamente fecundo daquele que se tornou o mártir da República, deixando este mundo quando se preparava para assumir o elevado cargo que o Congresso Nacional, interpretando a vontade quase unânime de todo um povo que lhe havia confiado.

Por estranhos desígnios da providência Divina, a Nação sentiu-se órfã no exato momento em que se preparava para trilhar triunfantes os caminhos que a conduziam a Presidência do Brasil.

A morte do Dr. Tancredo de Almeida Neves, num quadro que marcava a caminhada de volta à democracia plena, traumatizou toda a nação.

A aflição que cercava os brasileiros, que antes de iniciar a democrática se viram privados do comando austero daqueles que haviam escolhido como guia, retratou o perfil que foi a vida do Dr. Tancredo de Almeida Neves, cercado do respeito de todos os brasileiros.

O País viveu intensamente a aflição da doença e vive hoje com emoção maior a morte do Dr. Tancredo Neves, como se fora a angústia de quem perdeu o pai, mais do que o timoneiro que o conduzira pelos caminhos da esperança.

O caminho foi traçado por ele. Segui-lo não é só dever dos cidadãos, é homenagem que os brasileiros de todos os quadrantes prestarão a aquele homem simples de São João Del Rey, que na tradição mineira e cristã soube encontrar o traço que hoje nos une na adversidade para construir o futuro melhor.

Tancredo Neves, com sua longa experiência de político e sua sabedoria, sabia que a decisão deve exprimir a sintonia maior ou menor com a quase inconsútil vontade geral, que é sempre maior que a soma das vontades individuais. Daí porque Tancredo foi, sem qualquer dúvida, o maior político de sua classe e de sua geração. Foi um sábio, na medida em que conhecia perfeitamente a natureza humana, com suas paixões, assim como os movimentos sociais.

Retornar, neste momento, os ideais de Tancredo Neves, é relembrar um compromisso de retorno completo à sabedoria popular tão ansiosamente esperada. É retornar a trilha de um projeto histórico que permitiu a festa das esperanças levantadas. É viabilizar o avanço rumo ao novo, ao moderno, na construção levantada, de uma nação viva, capaz de conquistar definitivamente seu espaço na história.

REQUERIMENTO N° 483

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Ascensorista Marcia Adriana Polax Rosa, vencedora do concurso de beleza da empresa Higi Serv 2010.

O concurso aconteceu em Curitiba, no último dia 06, e reuniu 40 candidatas da empresa que trabalham em vários Municípios do Paraná.

Com 38 anos, casada há 2 e mãe de dois filhos, um de 20 e outro de 19.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, pela feira da cidadania realizada no Município de Guaraqueçaba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, bem como ao Exmo. Sr. Riad Said Zahoui, Prefeito Municipal, ao Sr. Laurival Emilio Silva, Vice-Prefeito e a todos os Srs. Vereadores do Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Cerca de 6 mil pessoas foram atendidas na edição Paraná em ação pela feira da cidadania em Guaraqueçaba. Toda essa gente aproveitou a feira de serviços gratuitos patrocinada pelo Governo do Estado do Paraná; essas comunidades que vivem quase isoladas em pequenas ilhas, totalizando 26 mil atendimentos no Colégio Estadual Marcilio Dias. Entre tantos serviços usufruídos pela população, um dos exemplos é o dos 25 integrantes da comunidade indígena Kuaray Guata Porá que fizeram a carteira de identidade, CPF e título de eleitor.

Além de inúmeros casos de atendimento foi feito o registro de nascimento de um adulto de 45 anos de idade, morador na comunidade de BATUVA, distante 30 quilômetros de Guaraqueçaba, trata-se do Sr. Arnaldo Tereza Pontes, é casado e tem seis filhos, todos registrados somente no nome da mãe. Os pais do Sr. Arnaldo não fizeram o seu registro de nascimento.

Graças, porém, ao movimento constante das ideias, a feira da cidadania ficou marcada na sociedade do Município de Guaraqueçaba. Nem poderia ser de outra forma. Hoje o que vemos o próprio Estado empenhado em dar a essa gente toda, assistência e conforto, pois por ela o homem está mais em contato com a natureza que ainda é a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana.

REQUERIMENTO N° 487

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paraíso do Norte, pela passagem, no próximo dia 12/03/10, de seus 56 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Carlos Alberto Vizzotto, Prefeito Municipal, a Vice-Prefeitura, Sra. Eledir Aparecida Furlan Pacheco bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais confortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé que saudar o Município de Paraíso do Norte, pela passagem de seus 56 anos de história, com o atual Prefeito, Sr. Carlos Alberto Vizzotto e a Sra. Eledir Aparecida Furlan Pacheco, Vice-Prefeita bem como a todos os Srs. Vereadores, que encaram o futuro com aquela invencível confiança transmitida pela população.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão a vida pelo Município a vencer os desafios colocados em permanente transformação.

Gostaria de enfatizar, nesta oportunidade, a flagrante importância que o Município detém, referendada em nossa lei maior. O contato que, diuturnamente, o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores exercitam junto ao povo fazem dos mesmos destacados e genuínos intérpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais.

Portanto, através desta proposição, parabenizamos todos aqueles que congregam os mesmos desejos de evoluir e alcançar os objetos propostos com um trabalho sério voltado aos interesses da população.

O Poder Legislativo do estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral pelo transcurso dos 56 anos do Município de Paraíso do Norte.

REQUERIMENTO Nº 489

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Pe. Marcio Correa Mendes.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pe. Marcio Correa Mendes, pároco da Igreja do Cristo Ressuscitado, que dirige este local sagrado, para onde, por devoção, acorrem peregrinos de diversas regiões, aumentando suas responsabilidades como governante das palavras do Êxodo 25:8 “E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles.” Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, demonstra toda sua dedicação e amor ao próximo, na Igreja de Cristo, detentor na plenitude dos sete sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação dados por Jesus à Igreja.

REQUERIMENTO Nº 490

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio FM Ilustrada.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio FM Ilustrada, estabelecida no Município de Umuarama, transmitindo em FM. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada. Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em

pouco tempo e, no dia 1º de dezembro comemorou seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Cidade Jandaia.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Cidade Jandaia estabelecida no Município de Jandaia do Sul. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada. Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, no dia 1º de dezembro comemorou seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Rural FM.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Rural FM estabelecida no Município de Campo Mourão. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada. Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, no dia 02 de dezembro comemorou seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Frei Dario Piana.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Frei Dario Piana, da Paróquia São João Batista, que dirige este local sagrado, para onde, por devoção, acorrem peregrinos de diversas regiões, aumentando suas responsabilidades como governante das palavras do Êxodo 25:8 “E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles.” Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, demonstra toda sua dedicação e amor ao próximo, na Igreja de Cristo, detentor na plenitude dos sete sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação dados por Jesus à Igreja.

REQUERIMENTO Nº 494

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Hotel Fazenda das Araucárias.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Hotel Fazenda das Araucárias, que disponibiliza toda uma infraestrutura de conforto em seu casarão com suítes, dando grande ênfase na satisfação dos hóspedes, um diferencial marcante em sua proposta, servindo qualidade e o melhor custo benefício, revolucionando o conceito de hotelaria, desafiando as pessoas a usufruir o máximo das coisas boas da vida, com espírito de simplicidade, bom gosto, excelência, sentido de amizade e de família, cuidando de seus hóspedes, características de uma proposta inovadora, moderna e elegante, tornando a hospedagem uma experiência memorável junto à natureza.

REQUERIMENTO Nº 495

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Darcy Casemiro Pitaki

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Darcy Casemiro Pitaki, Procurador do Estado do Paraná, aposentado, foi um defensor dos direitos do cidadão, protetor das liberdades civis e democráticas, que assegurou efetivamente as prerrogativas individuais e sociais. Envolvido com as questões mais relevantes às normas constitucionais, cidadania e direitos humanos, obteve resultados positivos e bons para a realização da paz social e afirmação da cidadania, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Um combatente de excelência, forte e firme na busca da concretização dos preceitos da Procuradoria Geral, que neste ano de 2010 completa 80 de uma vida repleta de realizações e conquistas.

REQUERIMENTO Nº 497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Dr. Rogério Tizzot, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam tomadas providências urgentes para a reestruturação da pista de pedras irregulares, com adição e reperfilagem de camada asfalto (CBUQ), desde a PR-473 até o *campus* da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), no Município de Dois Vizinhos, com extensão aproximada de três quilômetros, conforme justificativa anexa.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Tecnológica do Paraná (antigo CEFET), instalada no Município de Dois Vizinhos, possui amplas instalações, ministrando cursos essenciais ao desenvolvimento do Sudoeste do Estado.

Anteriormente, com a participação do Município, Estado e Governo Federal, foi adquirida área de terras e construídas as dependências necessárias para que hoje o Município e região pudessem ver contemplado o antigo sonho de ampliação de cursos ofertados gratuitamente.

hoje, a UTFPR no Município de Dois Vizinhos atende a mais de 2 mil alunos, que trafegam diariamente em estrada de revestimento irregular, sem sinalização e, portanto, sem segurança.

A grandiosidade da conquista de um estabelecimento de ensino federal, justifica de pleno um investimento pequeno, que ofereça a alunos e professores condições de deslocamento seguro e eficiente.

Salientamos a solicitação já formulada pessoalmente pelo Deputado Federal Marcelo Almeida, que, além de representar o Município, é profundo conhecedor da necessidade, visto ter sido Chefe do DETRAN no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER após oitiva do douto Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Secretário de Obras Públicas do Paraná, pelas razões que passa a expender:

- O trecho da PR-239 e entre a BR-369 e a sede do Município de Campina da Lagoa, estava desde há muito em precárias condições de trafegabilidade, pelo que foi aberta licitação para recapeamento;

- A partir disto, respeitosamente, com espeque na precípua função fiscalizatória desta Casa de Leis, e embaçado no artigo 90, V da Constituição do Paraná, vem o subscritor requerer o envio dos seguintes documentos:

- a) Cópia do edital de licitação para as obras do trecho citado;
- b) Valor e data de todos os pagamentos efetuados para a empresa vencedora;
- c) Nome da autoridade que assinou a homologação do resultado do processo licitatório;
- d) Cópia de toda documentação referente as datas e aos valores pagos à empresa vencedora;
- e) Cópia de toda documentação em que se demonstre a data do recebimento das obras efetuadas pela vencedora;
- f) Cópia de toda documentação relacionada ao processo licitatório desde o edital até a homologação, incluindo eventuais recursos, impugnações, dispensa, decisões, prorrogações, desistências, rescisões contratuais, homologações;
- g) Cópia do contrato firmado entre a empresa vencedora da licitação e o Estado do Paraná, abrangendo nisto todo tipo de garantia, caução, prorrogações, aditivos e modificações contratuais.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, solicitando a cópia integral dos relatórios e da cópia da documentação referente às vistorias realizadas por 2 (dois) técnicos do IAP, juntamente com a Força Verde, na propriedade da cabeceira do Rio Dois Vizinhos e Giral Alto (Chiqueirão de Porco) na localidade de São Pedro do Bandeira, Município de Dois Vizinhos.

Solicito, ainda, informações sobre quais os efeitos causados no meio ambiente, e o que poderá causar aos seres humanos caso os dejetos continuem sendo despejados no rio, que abastece o Município de Dois Vizinhos.

Outrossim, solicito, o empenho do competente Chefe da Regional que sejam tomadas as providências cabíveis no sentido de incluir o pedido no rol de prioridade desta instituição, objetivando a qualidade de vida e saúde da população duovizinhense.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 482

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ser ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, reivindicação do Município de Iguaçu, conforme segue:

1) Um veículo usado em regime de comodato, cessão de uso ou doação para prestar serviços à Secretaria de Educação do Município;

2) A Secretaria de Educação do Município não dispõe de um meio de transporte exclusivo para o uso em serviço, necessitando sempre de disponibilidade de um veículo de outro órgão, razão que muitas vezes leva ao atraso de seus projetos, ou mesmo, prejuízo ao planejamento anual.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 484

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER após oitiva do douto Plenário, o envio ao Senado Federal de manifestação de adesão e apoio ao acordo ora em tramitação nos Países membros do MERCOSUL, chamado de Arcu-Sul - Acreditação de Cursos no MERCOSUL, nos termos que passa a declarar:

O Sistema Arcu-Sul visa estabelecer e assegurar critérios regionais de qualidade de cursos de graduação para a melhoria permanente da formação em nível superior, necessária para a promoção do desenvolvimento educacional, econômico, social, político e cultural dos Países da região. Destaque-se ainda que a implantação do Sistema Arcu-Sul contribui para desenvolver as capacidades institucionais de cada país em avaliar a educação superior de qualidade no nível da graduação e permite trabalhar recíproca a aferição da qualidade dos cursos ofertados nos Países membros do MERCOSUL e associados. A certificação da qualidade acadêmica é obtida por meio de procedimentos e critérios previamente aprovados pelo Setor educacional do MERCOSUL.

Também na condição de membro da Comissão de Assuntos do MERCOSUL desta Assembleia Legislativa, tenho a esclarecer que este tema é um dos mais debatidos, ante o recebimento constante do pedido de providências e de esclarecimentos, notadamente da Região da Tríplice Fronteira, Brasil-Argentina-Paraguai.

A partir desta constatações, venho formalmente externar meu apoio ao debate, e consequente aprovação do texto, a ser veiculado via decreto legislativo de competência do Senado Federal, que consolide e assegure o direito de todos que, do modo responsável se prepararam ao frequentarem faculdades, para diversos cursos, estando aptos a desenvolver a profissão em solo brasileiro.

Tenho a convicção de que esta medida, quando concretizada, incrementará o projeto de desenvolvimento social e econômico em nosso País.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) RENI PEREIRA

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 089/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigadas as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos, em Braile.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará ao infrator, as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- III - Cassação da Inscrição Estadual.

Art. 3º Os estabelecimentos terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação desta lei, para se adequarem a presente lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Segundo último censo do IBGE existe um universo de 16,6 milhões de deficientes visuais no Brasil, constituindo uma parcela significativa do mercado, e também um contingente carente de inclusão social.

O sistema braile consiste de um conjunto de caracteres codificados e impressos em relevo, permitindo a leitura através do toque dos dedos das mãos, pelo tato, o convívio com a cultura escrita, dando-lhes a autonomia para ler e escrever através deste novo código, que se consagrou internacionalmente e é conhecido como escrita Braile.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente projeto de lei que visa obrigar as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos, em Braile.

PROJETO DE LEI Nº 090/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) Ação Social, com sede no Município de Turvo e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR - Ação Social com sede no Município de Turvo, fundado em 24/11/94, tem por finalidade, dentre as diversas funções, promover a valorização da pessoa humana, atendendo crianças carentes, idosos e deficientes, o que pode ser anexa ao presente projeto de lei.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 091/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Londrinense de Esportes - ALE, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Londrinense de Esportes - ALE, é a referência na promoção dos esportes em Londrina e região. Inicialmente dedicada à promoção do basquetebol, teve reconhecimento nacional na promoção desta modalidade. Ampliando seus horizontes a ALE hoje promove com a mesma maestria o basquetebol e o handebol.

A ALE ainda desenvolve projetos na inclusão das pessoas portadoras de deficiências por meio do esporte. Promove em parcerias com clubes, escolas e universidade, escolas para o aprendizado e treinamento destas pessoas com deficiência física.

Desta forma a Associação Londrinense de Esportes - ALE é uma associação importante e de grande atuação na sua área sendo mais do que justo e necessário o devido conhecimento como uma instituição de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 092/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica classificada como deficiência visual a visão monocular no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/03/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa classificar como deficiência visual monocular no âmbito do Estado do Paraná.

No Brasil, a proteção à pessoa com deficiência é preceito expresso na Carta Magna de 1988. Assim, existe todo um arcabouço legal que descreve os quadros de deficiência física, auditiva, visual ou mental, entre outras. Todavia, as pessoas portadoras de visão monocular não são enquadradas expressamente, em nenhuma dessas normas, ficando à margem da proteção legal. Pelo fato de as pessoas portadoras de visão monocular não serem enquadradas em nenhuma das normas que descrevem os quadros de deficiência física, auditiva, visual ou mental, necessário se faz proporcionar-lhes um amparo legal.

a visão monocular, pela dificuldade de sua definição, pode ser impeditiva para diversas atividades. Podemos afirmar que qualquer limitação de ordem física impõe maiores dificuldades para colocação do disputado mercado de trabalho.

Nesse sentido, o presente instrumento legislativo visa promover um tratamento isonômico com demais tipos de deficiência além de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos portadores de visão monocular.

Pequeno Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício, lembrando aos Srs. Deputados que o Grande Expediente de hoje será utilizado pelo Dr. Miguel Carlos Riella, da Fundação Pró-Renal do Paraná, alguém que tem uma folha de serviços prestados ao nosso Estado e ao Brasil como um dos maiores conhecedores do assunto renal em todo o País. É um privilégio recebermos V. Sa. nesta Casa. Durante o Grande Expediente, V. Sa. terá condições de nos mostrar, hoje, não só problemas do controle do diabetes, mas também seus vastos conhecimentos.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lideranças presentes a esta Sessão, imprensa, e um cumprimento especial às pessoas que nos acompanham ao vivo pela TV SINAL.

O que me faz subir a esta tribuna é a questão da Segurança Pública do Paraná. Todos os que acompanham nosso trabalho sabem o quanto temos cobrado postura do Governo do Estado para melhorar a Segurança Pública do Paraná. E todas as cidadãs e cidadãos do Paraná e não exclusivamente de um, especificamente.

Aí, vejo um projeto aqui na Assembleia, com todo respeito que tenho por todos os Deputados desta Casa, assinado por diversos Parlamentares, que prevê segurança a ex-Governador que tiver exercido, por prazo igual ou superior a três anos, a chefia do Poder Executivo Estadual.

Se for para votação este projeto, quero adiantar meu voto contrário. Não posso concordar em colocar dinheiro público. Aqui se prevê no máximo quatro servidores por período de três anos após o término do mandato. Quatro servidores da Segurança Pública para fazer segurança especial para quem foi Governador. Se procurar, no Brasil infelizmente, já tem projeto desta natureza em dois Estados. Até imaginei que não tivesse. Fomos olhar, tem no Estado do Maranhão, que foi governado pelo Sarney. Não é estranho ver um projeto desta natureza lá. E no Estado de Rondônia, projeto parecido. Em outros Estados não tem. Rio de Janeiro, que fala-se que a violência é tão grande, nenhum dos ex-Governadores têm situação desta, privilégio.

Então, não posso concordar com este projeto. Claro que o projeto ainda vai ser discutido, vai passar pela Comissão de Constituição e Justiça, pelas demais comissões e vai chegar aqui para todos os Deputados votarem. Mas, quero já adiantar dizendo que sou contra e vou trabalhar outros Deputados, dentro do meu partido, o PPS, para fecharmos questão contra projeto desta natureza, porque o Governador deveria se preocupar com a segurança de todo mundo. Agora, porque ele vai sair, não vai mais ser Governador, “Ah! Ele poderá ter problemas, porque ele contrariou interesses de A, de B, de C”. Qualquer Deputado que está aqui também contraria interesse. Ou eu, manifestando agora a minha decisão de ser contra não estou contrariando o interesse de quem assinou o projeto, de quem quer votar a favor? Também estou contrariando interesses.

Os ex-Governadores que passaram, pegando desde o Jaime Lerner, Álvaro Dias e outros, também não contrariaram interesses? Se pegar essa moda, daqui a pouco tem que fazer um projeto desses no Rio de Janeiro, um projeto não sei onde, e quanto isso vai custar para o povo pagar? Não podemos concordar com um projeto dessa natureza.

A imprensa traz que o custo seria de R\$ 296 mil, segundo a Gazeta do Povo, que trouxe uma reportagem sobre o assunto. E vi na reportagem um comentário de que até para o Secretário da Segurança Pública precisava arrumar segurança também. É o fim do mundo! Já imaginou? Quem ficou responsável por cuidar da segurança de si próprio! Então, daqui a pouco vou pedir também segurança para o meu pai, porque afinal de contas sou Deputado e o meu pai fica sozinho, e morando no interior, de repente ele precisa de segurança, isso porque estou aqui contrariando o interesse de muitos.

Votando contra alguns projetos que o Governador queria que votássemos favorável e fomos contra, não estamos contrariando o interesse do Governador? E quando eu pedi para o Secretário da Segurança Pública deixar o cargo, quando falei que ele já estava meio cansado, já tinha trabalhado muito e não tinha feito aquilo que a população esperava, também estava contrariando o interesse do Secretário da Segurança Pública. Não dá para entender!

Passa a usar o horário da Liderança do PPS

Então, Srs. e Sras. Deputadas, estou manifestando aqui a minha posição. Vou trabalhar dentro do PPS para que todos os Deputados do PPS não concordem com esse projeto quando ele for para votação e também quero conversar com a população. Imagino que o mesmo sentimento que tive - quase que de revolta - de imaginar uma situação dessas, creio que a população, de uma maneira geral, também será contra e estou aqui para defender justamente a opinião e a vontade da população. Não concordo com esse projeto.

Dia desses vi pela imprensa o Presidente da França, o Sarkozy, conversando com o Presidente da Venezuela. Ele colocou bem claro para o Presidente da Venezuela mais ou menos assim: "Sr. Presidente, o senhor é valente, é bravo lá no seu País, lá na Venezuela, mas aqui não." E aí ele, no linguajar popular, baixou a bola e saiu bem tranquilinho. Também posso trazer essa referência para o nosso Governador, porque ele é valente, é bravo contra os poderosos, etc; porque tem o aparato do Estado para protegê-lo, desrespeita e enfrenta as pessoas. Agora ele está para sair do Governo, não sabemos se será candidato a algum cargo que possa se eleger ou não, e daí começa a se preocupar. Se fosse assim, Deputado Reni Pereira, eu também queria segurança pessoal e também gostaria de pedir a V. Exa., afinal de contas V. Exa. foi candidato a Prefeito de Foz do Iguaçu e deve ter contrariado o interesse de alguém lá. Sei que não é fácil ser candidato a Prefeito!

Então, é assunto que vai gerar polêmica, vai contrariar interesses de Deputados, mas o que não podemos é contrariar o interesses da população. E aí sim: não concordo que esse projeto seja aprovado.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Quero aproveitar esse raciocínio de V. Exa., de contrariar interesses e dizer que não se justifica esse projeto porque no seu final diz justamente que o Governador, durante três anos na administração, é possível ele ter contrariado interesses e eventualmente alguém querer tomar alguma agressão, ou atentado contra a pessoa dele depois de sair do mandato. Mas, com isso estamos dizendo que quem governa menos de três anos, que é o caso agora do Pessuti que deve assumir, não vai tomar atitude nenhuma que possa contrariar.

Acho que é um desrespeito a tantos Governadores, como João Elisio que governou por nove meses o Paraná, tivemos outros Governadores, Mário Pereira que é da Região Oeste também. Acho que Governador, é todo aquele que assume em caráter definitivo o cargo de Governador, o dia que ele deixar ele é ex-Governador, e

a partir do momento que ele assumiu por um mês, por nove meses, ele está em condições legais de fazer qualquer ação que compete a um Governador. Então, esse projeto, ou ele atribui a todos, ou então ele é um projeto direcionado ao atual Governador, futuro ex-Governador que quer levar consigo quatro agentes da Polícia. E provavelmente não vai querer levar soldados, ele vai querer levar alguém de alto escalão. E a população do Paraná que pague por isso. Acho que o cargo não é em virtude da pessoa, o cargo que até poderia, se justificadamente, sem lei nenhuma, o Governador disser: "Olha, tem alguém me ameaçando, eu temo por alguém"; O Governador em exercício vai disponibilizar, não só quatro, oito, seis, quantos forem necessários, que assim deve proceder o Estado em relação ao ex-Governador Álvaro Dias, Jaime Lerner, todos aqueles que se sentirem ameaçados em virtude de alguma ação. Agora, não precisa lei para isso, isso é o bom senso, e com certeza esse projeto não passa nem na constitucionalidade; no mérito daí cada Deputado tem a sua consciência.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado Deputado Reni.

Realmente V. Exa. colocou muito bem. É um projeto que talvez não precisasse nem existir. Vamos estudar a história, o Paraná tem mais de 100 anos, quantos foram os Governadores do Paraná?

Se nós formos colocar agora uma lei para beneficiar os ex-Governadores nós temos que pensar em todos. Mas também poderíamos estender, já que é para beneficiar quem teve vida pública e quem contratou interesses, vamos pensar nos Prefeitos que também são ordenadores de despesas dos Municípios. V. Exa., Deputado Belinati, quantos interesses V. Exa. não contrariou quando Prefeito de Londrina? Tem outro Prefeito de Londrina que é o Cheida. Aqui tem outros ex-Prefeitos de diversas Cidades, e aí? Não dá para imaginar de forma alguma que o Governador esteja de uma certa forma, querendo se utilizar da Assembleia para ser beneficiado, porque é a Assembleia que está apresentando o projeto através de alguns Deputados.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Parabéns Deputado Douglas Fabrício. Eu era Prefeito de Londrina e um dia combinamos um almoço com o Dr. Paulo Pimentel, ex-Governador, ex-Secretário de Agricultura, e então dono do sistema SBT de Televisão e do jornal O Estado do Paraná. E marquei de pegá-lo na televisão para almoçar, e chegando, eu Prefeito, ele olhou e disse: "Escuta, onde -está o teu guarda-costas?" Eu não tenho guarda-costas". E o teu motorista particular, afinal o senhor é o Prefeito de Londrina. E o Segurança?" Eu falei: meu segurança é Deus e o povo que me oferecem.

Ainda ontem eu estava jantando num restaurante e quem é que chegou e sentou na mesa ao lado? O Governador Roberto Requião. Conversamos longamente. O Requião com a sua esposa e eu com a minha família. mas, eu queria dizer a V. Exa. que o Requião tem direito à segurança, eu discordo de V. Exa. Álvaro Dias tem direito à segurança, como tem direito à segurança a Dona Maria, o Seu Quinzinho, Seu Pedro, Seu Manoel, todos têm direito a segurança, que lamentavelmente está precário. Ainda hoje no almoço nesta Casa alguém dizia assim: “Se tem alguém que vai precisar de segurança quanto terminar o Governo é o Delazari pela posição dele como Secretário”. Então, diante de uma situação de violência total, com roubo até de roupa de varal na casa do pobre, roubo de carro, de moto, de caminhão, assalto, violência, morte. Não sei se estou entendendo bem, mas só na Região Metropolitana mataram mais de 400 em apenas dois meses.

Então, o povo está clamado por segurança. Temos sim que defender que todos os cidadãos do Paraná são merecedores de segurança.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Antonio Belinati, concordo com V. Exa. que todos precisam de segurança. Todos! Agora não segurança exclusiva por conta do povo. Quando se fala de Segurança Pública é para todos. Quando se fala em guarda-costas particular. V. Exa. que pague com o seu salário. E o Governador Roberto Requião vai ter condições de pagar também, porque ficou muitos anos como Governador, ganhou bem, o seu salário é o maior entre os Governadores do Brasil.

Não concordo que seja projeto de lei para beneficiar Governador com o dinheiro do povo. Segurança Pública é para todos! Um ex-Governador é um cidadão comum como qualquer outra pessoa. Se for beneficiar A, porque não beneficia B? Se até hoje não foi necessário discutir esse tema aqui, por que agora deixaram chegar a esse nível? Ele, Governador que assumiu para resolver o problema da Segurança? O xerifão? Foi ele o Secretário da Segurança de primeira mão. Não resolveu. Piorou a Segurança Pública no Estado, basta ver os índices de criminalidade que temos no Estado do Paraná. São alarmantes em todas as regiões. Vi na imprensa, esta semana, que região de Campo Mourão, só num bairro, num dia foram quatro assaltos à mão armada. E aí? Também tem que dar segurança para o comércio.

Aí, quando discurso aqui para aumentar o número de policiais militares no Paraná, cobro isso do Secretário da Segurança, ele diz que está bom o número de policiais, que vai fazer concurso. Faz tempo que fala que vai fazer concurso. O Governador começou a se preocupar.

Dá para chamar esse projeto de projeto do medo, porque o Governador Roberto Requião, pelo que percebo,

está ficando com medo. Vai ser um cidadão comum e corre o risco da falta de segurança que está no Paraná, que é gravíssimo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença do Vereador Denílson José de Oliveira de Pinhão. Seja bem-vindo, parceiro do Deputado Tadeu Veneri.

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Também venho à tribuna, no dia de hoje, para expor a minha posição e a minha contrariedade a esse projeto que propõe segurança particular aos ex-Governadores do Paraná. Já me manifestei na CCJ, mesmo o relator não estando presente, por entender que esse projeto destoa daquilo que pensa a sociedade paranaense.

Com o devido respeito que tenho por todos os Parlamentares que propuseram essa medida, na minha concepção é uma imoralidade o benefício concedido ao ex-Governador, tão logo deixe o cargo. Além do que entendo que ele é discriminatório, Srs. Parlamentares, porque visa beneficiar o Governador que tenha ocupado o cargo por três anos. Na minha visão, quem ocupou o cargo de Governador por um dia, um mês, dois meses, também deveria se estender o benefício porque foi Governador, queira ou não, mesmo que tenha sido por um dia, ou por um mês, ou dois meses. Esta é a minha leitura.

Diz o projeto que a escolha dos seguranças fica a cargo do Governador do Estado. Eu entendo, Sr. Presidente, que estamos quebrando a hierarquia da Polícia Militar, ao tempo em que concedemos este privilégio especial, se o projeto for aprovado, aos ex-Governadores, rompendo barreiras da hierarquia da Polícia Militar.

Portanto, não contempla e não atende os interesses, acima de tudo do que a sociedade sonha e deseja. Além do que extrapola os limites da sua competência, porque temos que respeitar a hierarquia da Polícia Militar. Mesmo que fosse aprovado, quem deveria definir o segurança para o ex Governador deveria ser o Comandante das forças da Polícia Militar do Paraná.

Por isso, me manifesto contrariamente e já intitulei este projeto como projeto da mordomia, porque essa conta? Beneficia-se o ex-Governador; concede-se a ele quatro seguranças; disponibiliza-se carros para isso; se o Governador viaja para os outros Estados os seguranças devem acompanhar? Quem paga as diárias dos seguranças? Enfim, é uma pessoa estratosférica e quem vai pagar essa conta, com certeza, será o povo paranaense. Não posso concordar, de forma alguma, com este projeto.

Quero parabenizar, já de antemão, aos Srs. Deputados Francisco Bühner e Nishimori, que já anteciparam a retirada das assinaturas deste projeto por entenderem que, realmente, está na contramão da história daquilo que a sociedade paranaense sonha e deseja.

Diz a justificativa do projeto que o Governador se coloca contra grupos econômicos, enfrenta diversas situações enquanto Governo e, por isso, necessita da segurança. Ora, o Governador foi eleito para confrontar e enfrentar grupos econômicos, seja o que for no Paraná. Ele foi eleito exatamente para enfrentar os problemas que surgem à sua frente, no comando do seu Governo. Por isso, não podemos, de forma alguma, privilegiar os governantes, porque estaríamos criando aqui mais um trem da alegria para beneficiar ex-Governantes.

Disse aqui que é discriminatório. O atual Vice-Governador já assumiu o Governo por inúmeras vezes, por que o projeto não prevê então o benefício também ao Vice-Governador Pessuti, que por diversas vezes assumiu o Governo? É discriminatório sim! Não entendo por que essa medida apenas para o Governador Roberto Requião.

Acho que o Paraná precisa repensar, Srs. Deputados. Quero crer que este projeto não deve nem passar na Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais um minuto.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

O SR. ADEMAR TRAIANO

Vou usar o horário da liderança porque tenho outro assunto a abordar, Sr. Presidente.

Entendo que este projeto é inconstitucional e não deve passar na Comissão de Constituição e Justiça. Se passar, espero que os Srs. Parlamentares, atendendo ao clamor da sociedade paranaense, da nossa gente paranaense, que com certeza não entende que este projeto é benéfico ao Paraná, possam posicionar-se contrariamente, porque caso contrário estaríamos aqui concedendo benefícios que vão na contramão do desejo, da vontade de todos os paranaenses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerro o assunto segurança do Governador e quero abordar um outro tema. Perdoem-me os Srs. Deputados. Acho que esta Casa tem feito um trabalho extraordinário no sentido de aproximar a sociedade, trazer as pessoas para discutir temas relevantes e de interesse do Paraná. Já participamos de várias Audiências Públicas, aqui, na Casa, mas há um tema que quero abordar e, com muita propriedade, deixar aqui a minha posição: ouvi ontem o Sr. Presidente anunciar que a Casa fará Audiências Públicas no interior do Paraná para tratar do piso salarial. Não sou contra o aumento do piso salarial, advogo que o Governador deveria acima de

tudo, não ingerir na atividade da iniciativa privada, e, acima de tudo, fazer valer o mesmo critério para os seus próprios funcionários, porque ao tempo em que ele faz essa inserção na iniciativa privada, ela contempla os seus próprios funcionários do Estado que não recebem esse mínimo regional.

Mas, quero deixar, aqui, claramente posicionado, entendo que ao irmos ao interior, estamos criando uma falsa expectativa ao empresariado paranaense. Repito e reafirmo: não sou contra o aumento salarial, não sou contra o piso salarial, entendo que o trabalhador merece ser valorizado, mas acho que a nossa ida ao interior, na verdade, não vai contemplar os interesses do empresariado, porque é público e notório que o projeto que aqui está o Governo tem a maioria, ele vai aprovar da forma como quer. E não podemos brincar com o empresariado paranaense ao ouvir aquilo que não vai acontecer, porque não vai ser mudado em nada, tenho consciência absoluta disso, ouço todos os dias os Deputados de Governo.

Ora, esse projeto é o grande mote do Governador Requião. Portanto, não permitiria que se altere nada, eu não tenho a menor dúvida. Por isso, gostaria sim, que as Audiências Públicas acontecessem, mas que o empresariado pudesse participar, opinar e mudar aquilo que está inserido no projeto, porque, caso contrário, estaremos enganando o empresariado paranaense. Não sirvo para isso, sempre pautei a minha vida pública e sempre procurei marcar os meus passos pela firmeza, determinação, coragem, em assumir responsabilidade daquilo que falo. Acho que a Assembleia tem feito um papel extraordinário no sentido de trazer a sociedade para discutir, mas gostaria que não corrêsemos o risco de irmos ao interior ou vir o empresariado e não fazermos nada. Apenas essa colocação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, sei que V. Exa. abriu esta Casa para o Paraná como um todo, mas é preocupante, sim, e faço esta colocação porque além de ser político, sou empresário, conheço as dificuldades. Recebi manifestação de diversos segmentos e eu não seria louco de me colocar contrário a aumento salarial. Agora, sim, precisamos discutir, mas que a participação do empresariado possa realmente valer, que ela não aconteça apenas para a satisfação, neste momento, quem sabe, dos interesses do Governo. Vamos ouvir a sociedade. Por que não se ouviu os empresários desde o primeiro momento em que o Governador apresentou esse projeto, aqui, nesta Casa, em anos anteriores? Não, lá não valia.

Agora, estamos vivendo um ano eleitoral, quem sabe, o Governo concorde e corra o interior do Paraná e ouça os empresários. Acho que é chegado o momento de termos, aqui, equilíbrio, bom senso, e não façamos essas Audiências com o objetivo apenas de ouvir e nada fazer. Já fizemos isso na lei do ICMS, participei, sim, e praticamente nada mudou. E coloco, aqui, com muita clareza, com muita coragem, sem nenhum temor, porque entendo

que não podemos criar falsas expectativas, falsas ilusões, principalmente nesse segmento tão importante da economia paranaense, que é o empresariado, que geram riquezas. Não podemos criar falsas ilusões e depois isso não acontecer. Apenas essa colocação.

Concedo um aparte, com o maior prazer, ao nobre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e responsável pelas Audiências Públicas.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

(Assentimento)

Ouçó com atenção o pronunciamento de V. Exa. e registro como uma manifestação pessoal de V. Exa., efetivamente, assim o é, porque as Audiências Públicas, no meu modesto entendimento, que ouso discordar de V. Exa., são de fundamental importância para toda a sociedade. Mesmo que não se alcance o objetivo, que eventualmente o empresariado espera, ou os sindicalizados, ou os funcionários públicos esperam, até porque a própria Oposição pretende estender o mínimo regional, ao salário base dos servidores públicos. Não se sabe se isso será possível.

Mas com uma Audiência Pública com os servidores, quem sabe possa haver essa mobilização. A força sindical, a CUT, com toda certeza vai levar a essas Audiências Públicas, a sua manifestação de apoio irrestrito ao projeto. Talvez, os empresários externem nessas Audiências Públicas, suas preocupações em relação a esse acréscimo, esse ganho substancial, real, de salário no Estado do Paraná, se contrapondo a nossa real economia.

Em todas essas posições divergentes que são - modestamente, discordando de V. Exa. - a Assembleia cumpre o seu papel. Também cumprem o seu papel os Deputados e a CCJ, em discutir, como cada Parlamentar vai ouvir e depois vai votar - é a responsabilidade inerente ao cargo. No meu entendimento, acho que são bastante válidas essas Audiências Públicas, porque a Assembleia deve ser sempre a caixa de ressonância da sociedade e dever ouvir a sociedade. Mesmo quando isso não seja interessante, para nós Parlamentares, na nossa opinião, mas temos obrigação de ouvir.

Essa é a minha opinião, respeitando V. Exa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Durval Amaral, V. Exa. é um Parlamentar experimentado, capaz, inteligente e astuto, que só exerce o papel que está exercendo justamente pela sua competência.

Quero louvar a sua iniciativa, como louvei da Assembleia Legislativa. Não estou condenando as Audiências Públicas. Estou colocando aqui uma preocupação minha, talvez, pessoal, para não brincarmos com a sociedade. Porque ao tempo que se cria a expectativa de fazermos uma audiência, se alimenta a esperança de alterar totalmente aquilo que já está escrito.

Como tenho vivência nesta Casa sei que o rolo compressor passa de cima para baixo e faz o que quer. Tenho a certeza absoluta que praticamente nada será alterado. É apenas essa a minha preocupação e tenho que alertar. Quem sabe o meu pronunciamento contribua, para com as Audiências Públicas e quem sabe repense o Líder do Governo e o próprio Governo, para que possamos achar uma alternativa, e que isso possa contemplar o que os empresários e os segmentos estão clamando, por parte os Srs. Deputados, que estão discordando da forma como o Governo está colocando aqui o projeto.

V. Exa. me deu uma contribuição. Quem sabe os servidores públicos, que não são beneficiados por esse piso salarial possam se mobilizar e contribuir, para que o Governo também contemple aqueles que não estão sendo atendidos, pelo piso regional. Sabemos que são milhares de pessoas nesse Estado, que não estão sendo beneficiados pelo piso salarial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não tenho voto e não posso apartear, mas tenho voz. Não posso concordar que Casa deixe de fazer Audiências Públicas e deixe de discutir, porque teme um rolo compressor que vai votar dessa ou daquela maneira. Como empresário também posso dizer que tenho a minha preocupação.

Deputado Ademar Traiano, as nossas Audiências Públicas na questão da lei do ICMS, tão bem promovidas pela CCJ e por esta Casa, serem de orgulho para todos nós e tiveram uma influência e mudaram bastante essa lei. A população foi ouvida. Senão não há razão alguma de estarmos aqui discutindo questões como esta. Temos que ouvir como todo o respeito todas as pessoas. Se já prejudicamos que sabemos o resultado do jogo, não devemos nem entrar em campo. Aliás, não devemos nem nos candidatar, pois já sabemos o resultado!

Perdoe-me a franqueza, V. Exa. economizou hoje em sabedoria.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Pela Ordem, nobre Presidente Nelson Justus. Entendo que V. Exa, tem que agir como Magistrado. A minha opinião pessoal, é opinião pessoal! Tenho todo o direito de exercer, fui eleito para isso. Fiz aqui um alerta. Não estou dizendo que a Casa não deve promover Audiências Públicas. Pelo contrário. Estou aqui colocando como uma preocupação minha porque percebo a possibilidade de isso ocorrer, porque no passado não se discutiu. Discute-se agora aos 48 minutos do segundo tempo. Esta é a colocação que quero fazer. Perdoe-me, respeito a sua manifestação, mas acho que V. Exa. como Magistrado tem que respeitar a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passar a palavra ao Deputado Jocelito Canto, não quero polemizar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, esse é um tema relevante aqui. Desculpe-me, mas se o Deputado Traiano não integrasse a CCJ, não tivesse deliberado sobre as Audiências Públicas, até daria o direito dele ir à tribuna e fazer o discurso veemente que fez contra Audiências Públicas. Quero dizer a V. Exa. e a esta Casa, nós discutimos e até por sugestão do Deputado Reni Pereira, a realização das Audiências Públicas junto com o Deputado Durval Amaral, por conta de um clamor de um debate, manifestação tanto das centrais sindicais quanto das federações que congregam as entidades classistas patronais do Estado. A Audiência não é um jogo de faz de conta, Deputado Traiano. É para poder melhorar o projeto. Se V. Exa. não compreende o processo democrático, penso eu que deve discutir mais e participar mais do processo legislativo, até para poder aprimorar os seus conhecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, como V. Exa. permitiu ao Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tem a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço. Quero discordar aqui da maneira com que está sendo conduzido o pronunciamento do Deputado Traiano. É meu companheiro de partido, Líder do nosso partido, ele tem todo direito de subir a tribuna e expressar a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro que sim.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Certa ou errada é a opinião dele. Agora, discordo de V. Exa. quando usa da Presidência para chamar a atenção do Parlamentar e dizer que ele economizou em inteligência. Então, o senhor ofende o Parlamentar.

Gostaria que V. Exa. descesse da Presidência, viesse à tribuna e pudéssemos debater este assunto porque está tudo errado o pronunciamento. Nem cabe o aparte do Deputado Romanelli e bem cabe chamada de atenção do Deputado Traiano que foi chamado por V. Exa. da Presidência. Quero discordar, colocar a minha posição.

Lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Vou defender sempre este Parlamento, custe o que custar. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Defender é uma coisa, quebrar o Requerimento é outra.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Esse debate, estava acompanhando aqui, me parece que dois Deputados do PSDB retiraram a assinatura daquele projeto anterior, da segurança. Esse tema da questão do salário, recebi no meu gabinete agora, por isso é importante a audiência, recebi um documento da FECOMERCIO para votar contra o aumento de salário. Está assinado por ele. O comércio do Paraná é contra. Mas, dentro do documento achei a manifestação das entidades de Ponta Grossa, que me chamou a atenção. Elas dizem que não são contra e querem discutir o projeto. Pois isso acho que a Audiência Pública será boa, porque daí vamos lá em Ponta Grossa, e ouvirmos o homem da barba aqui, o do FECOMERCIO, o Sr. Viana que é contra, e vamos ouvir o pessoal de Ponta Grossa que assinou o documento, que diz que não é contra mas quer discutir mais. Por isso acho que as Audiências Públicas são boas.

Mas o tema que me traz aqui hoje, Sr. Presidente, já que estamos com o pessoal da Saúde aí mesmo, hoje faltam 21 dias para se realizar um sonho que a Cidade de Cascavel realizou há 16 anos, atrás, que a Cidade de Londrina, me dizia o Deputado Belinati, realizou 35 anos atrás, e que a Cidade de Maringá, me dizia a Deputada Cida Borghetti, realizou há 20 anos atrás. Estamos atrasados 20 anos em relação a Maringá, 16 anos em relação a Cascavel e 25, Deputado Cheida, em relação a Londrina!

Faltam 21 dias para inaugurarmos o hospital regional de Ponta Grossa. Faço contagem regressiva porque aqui eu ouvi, porque no rádio eu ouvi alguns políticos dizendo que aquilo era uma casinha de boneca! Eu havei ainda, algum dias, de botar na tribuna aqui essa voz, um dia desses o Presidente dá uma descuidada aí e ponto - o debate está bom - um dia desses apresento a fita aqui. O Presidente não gosta que bote fita aqui, mas como eu sou rápido e qualquer hora boto a fita aqui.

“A casinha de boneca, o perfume do hospital, o hospital é um cemitério, esse hospital não vai sair”, isso na campanha de 2006, e hoje quero conchamar a esses senhores que faziam essas comentários para que daqui a 21 dias conheçam o completo mortuário do hospital, o terreno que era cemitério, que venham ver que o hospital vai ser inaugurado, que venham, ver a casinha de boneca, e venham, por fim, sentir o perfume do hospital regional!

Sr. Presidente, há 16 anos Cascavel teve um hospital, por quê? Porque teve um Governador chamado Mário Pereira que terminou e botou para funcionar o hospital de Cascavel. O de Londrina eu não sei quem fez, mas deve ser um Governador que era de lá há, 35 anos atrás, nem sei quem era o Governador. E o de Maringá, há 20 anos atrás.

Deputado Belinati, V. Exa. que já foi Prefeito sabe o que é a Saúde de uma Prefeitura, o que representa para uma região polo não ter um hospital regional. E nós, ao longo desses 150 anos da história de Ponta Grossa, nunca tivemos um hospital regional, nunca!

Agora é hora de parar e pensar: um hospital desses, de cara, agora já está chamando 700 funcionários, de cara, para começar! São cinco pavimentos, 38 leitos de UTI, 150 leitos normais, todos os equipamentos, um hospital de 20 milhões de construção e mais de 20 de equipamentos, 40 milhões. Isso não é o mais caro; o mais caro vem a partir de agora, com a manutenção do hospital, que passa a ser em torno de 2 milhões e meio a 30 milhões a cada mês. Nunca tivemos isso na região dos Campos Gerais, nunca! Nós fomos esquecidos, abandonados ao longo desses anos, a região de Ponta Grossa. Não sei se era esquema de algum médico ou hospital aqui de Curitiba, porque Ponta Grossa é tão pertinho. Aí se criou uma cultura de trazer o pessoal de Ponta Grossa. Acho que é isso, só posso entender. Tem hospitais que têm algumas mordomias, recebem muito dinheiro do SUS. Chego à conclusão que é isso. Porque falta de representantes não é, Ponta Grossa sempre teve grandes Deputados, sempre teve e sempre ficamos com o pires na mão, mais de 20 anos esperando esse hospital.

É motivo de alegria que daqui a 21 dias possamos inaugurar esse hospital, e trazer de volta o curso de Medicina, que é uma maravilha, que já está funcionando em Ponta Grossa.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O meu aparte é para cumprimentar V. Exa. e todo o povo de Ponta Grossa, porque não há dúvida que um hospital dessa magnitude vai suprir a Cidade, que já é polo, já é referência nas áreas médicas, também parta para uma área que hoje é fundamental que é a pesquisa, que é a tecnologia, biotecnologia e outras coisas que decorrem daí.

Também para parabenizá-lo pessoalmente pela sua luta e os ponta-grossenses reconhecem todo o seu esforço e das demais lideranças. E para fazer o esclarecimento que V. Exa. perguntava e eu não tive oportunidade porque estava no Pequeno Expediente. O hospital regional de Londrina era o antigo sanatório de tuberculosos. E em 1975, portanto há 35 anos, o Governador Ney Braga fez a sua reforma e ele passou a ser o hospital regional do Norte do Paraná.

Parabéns mais uma vez.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Êh, Ney Braga! E nós na região de Ponta Grossa com o pires na mão, esperando para poder ter um hospital regional! Por isso que eu tenho que cumprimentar o Governo, nosso Governador Requião, o Pessuti e todos que ajudaram. O resultado está aí: um hospital moderno, bem equipado e que, além de atender a população de

Ponta Grossa vai atender a região. E vai principalmente colocar um dinheiro que não tem lá hoje. Porque a manutenção desse hospital, esse dinheiro não existe lá hoje, vai passar a existir a partir do dia 30, quando começar a funcionar o hospital. E a geração de emprego? Quantos empregos esse hospital vai gerar direta e indiretamente? Porque a “casinha de boneca, o perfume, o cemitério”, está quase pronto.

Presidente, se V. Exa. me permitir eu ainda quero colocar aquela fita aqui. Se V. Exa. se descuidar, eu sou mais rápido que o Rossoni, que o Romanelli e que os que estavam brigando aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Serei bastante breve, mas não posso deixar de usar. Tivemos recentemente uma decisão, 10 anos depois de termos entrado com uma ação popular. A decisão do Juiz Rodrigo Octávio Rodrigues Gomes do Amaral, Juiz de Direito Substituto da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação de Empresas, que determinou a anulação da compra do Edifício Delta Corporate. Para quem não tem conhecimento, o Edifício Delta fica na avenida João Gualberto, 623, no Alto da Glória, um edifício que conta com três torres de 10 andares. Mas por que estou dizendo isso? Em 2001 a Prefeitura de Curitiba, através do Prefeito Cássio Taniguchi, determinou que o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Curitiba comprasse esse prédio e posteriormente fizesse o aluguel do mesmo para a Prefeitura. Qual era a alegação naquele momento? Que aquele prédio era inteligente e que tinha as condições de receber todas as Secretarias, atenderia todo o Município de Curitiba, e portanto, era o único prédio que poderia servir naquele momento e que poderia inclusive ser comprado com dispensa de licitação.

Naquela época eu estava como Vereador em Curitiba, entrei com uma ação popular contra a determinação do Prefeito Cássio Taniguchi e consequentemente a direção do IPMC, que 10 anos depois a sentença que sai do Judiciário é: “*Com fundamento na disposição contínua no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente os pedidos contidos, porque estávamos solicitando inclusive que fossem responsabilizadas as pessoas que compraram esse edifício ou determinaram, para decretar a nulidade do negócio jurídico de compra e venda fração ideal do solo e contrato de construção na unidade imobiliária do Edifício Delta Corporate*”.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o que significa, na prática, isso? Significa que a Prefeitura ou o IPMC terá que devolver o prédio à Delta, que foi a incorporadora. A Delta recebeu como parte do pagamento - vocês que são da área de Saúde sabem que ao lado do Colégio Medianeira havia um grande terreno, em princípio utilizado como horto municipal, mas que havia sido determinado pelo Prefeito Omar Sabag para que fosse construído naquele local o Pronto-Socorro Norte, inclusive com financiamento da Alemanha - pois bem, o IPMC era dono daquela área e doou aquela área como parte do pagamento. Por essa sentença o IPMC recebe novamente esse terreno, desfaz o negócio, o prédio volta para o consórcio e com um agravante, o Ministério Público faz a seguinte colocação:

Verifica-se que as folhas 8, esse processo tem 2 mil páginas. A publicação do termo erradicação de dispensa de licitação junto ao Diário Oficial do Município datado de 20 de dezembro de 2001, contendo o seguinte teor: "Trata-se da compra do Edifício Delta Corporate - assessoria jurídica consultadas o procedimento licitatório em questão, opinou pela dispensa de licitação, com base no artigo 24, inciso 10 da Lei Federal nº 8666, a Lei das Licitações e suas alterações."

Com isso, conforme o processo nº 1439/01, o IPMC, tendo em vista a característica da dispensa, ratifico a presente dispensa de licitação. Isso a assessoria jurídica da Prefeitura.

As folhas nº 89 e 92, consta o parecer da assessoria jurídica do IPMC. E assim segue.

O que me chama atenção aqui Srs. Deputados e por isso entramos na época com ação popular.

O Ministério Público, outrossim, consta nos autos folhas 671 e 676 informação de auditoria realizada pelo Ministério Público aonde se chegaram a conclusão que o valor do imóvel, segundo avaliação do CUB, em novembro de 2001, seria de 10 milhões, 751 mil, 107 reais e 49 centavos.

Dessa forma observa-se que foi pago em tese, aproximadamente 7 milhões, 361 mil, 151 reais e 51 centavos a mais que o valor de mercado do imóvel de acordo com o índice utilizado. Ou seja, a Prefeitura e o IPMC à época por esse parecer aqui do Ministério Público, pagaram 7 milhões a mais no edifício.

Mais ainda, deram em troca um terreno que valia muito mais que o valor pelo qual ele foi trocado.

O prédio sequer tinha ar condicionado, não tinha sequer ligações para Internet e foi considerado como o único prédio inteligente na Cidade de Curitiba.

Obviamente que há hoje um parecer para que o processo seja anulado, para que possamos ter ressarcido os cofres públicos dessa ação.

O que fica provado são duas coisas. Primeiro que nesse parecer nós tínhamos tínhamos total razão. E o Deputado que está aqui conosco hoje, também o

Deputado Ney Leprevost, que era Vereador na época, o Deputado Curi também era Vereador na época, outros que são Deputados e eram Vereadores, lembram que nós havíamos questionado, colocando que não poderia a Prefeitura de Curitiba comprar sem licitação ou determinar que o IPMC comprasse sem licitação um edifício, passasse este edifício para ser alugado para a Prefeitura, este edifício tinha todos os problemas possíveis e ainda assim se pagou 7 milhões a mais por ele. Dez anos depois, Sr. Presidente.

Em que pese a demora, 10 anos depois, estamos diante de um imbróglio jurídico, porque há uma determinação clara que este prédio tem que ser devolvido. Ora pois, este prédio é o prédio que abriga algumas Secretarias do Município de Curitiba. O terreno cedido para o Consórcio Delta, que era composto por algumas empresas, inclusive da família Gulin, o terreno proposto já está edificado. E hoje se constrói ali um centro de tecnologia na Linha Verde. Que isto sirva, pelo menos, de alerta para os governantes que acham que podem tudo, que acham que não precisam prestar contas de nada.

O Prefeito Cássio Taniguchi não foi condenado a ressarcir, como nós pedimos, aos cofres públicos. Mas, sim, foi condenado, o Consórcio e a Prefeitura a devolver, ou seja, a desfazer o negócio. Um negócio que em princípio nós inclusive dizíamos que valia menos do que se pagava e que o Ministério Público, por este parecer, aqui, avaliou em 10 milhões e mais alguns milhares de reais, e o prédio foi comprado por 17.

Então, muitos dos processos que hoje estão correndo, é que às vezes achamos estarem esquecidos, como aliás aqui também está o processo da CPI da COPEL. Estamos esperando há 7 anos pelo resultado. Às vezes parece que ficam esquecidos. Mas, não estão esquecidos. Podem aparecer cinco, seis, sete, oito, 10 anos depois, como este, determinando que o negócio seja desfeito. E aí, o mal já está feito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Não entendi bem, V. Exa. falou que a sentença foi parcial. Porque parcial? E V. Exa. agora diz que o Prefeito Taniguchi foi que autorizou a fazer a compra e que V. Exa. pediu que houvesse devolução por parte do Prefeito. E me parece que na sentença o Prefeito não foi condenado.

E se teve autorização legislativa para a compra, na época?

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas, esta sentença me parece que é em 1ª instância. Dá para recorrer, ainda há um prazo para recorrer de tudo? Esta é a dúvida que eu tinha.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Boa parte das suas dúvidas o senhor mesmo já esclareceu. O Prefeito não foi condenado a ressarcir os cofres públicos, que é o que nós pedimos. Mas, a outra parte da ação que entramos, solicitando que o negócio fosse desfeito, foi acatada.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas, o Prefeito não foi culpado? Ficou isento?

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não. O Prefeito não está condenado, porque se entende que não é mais Prefeito. A sentença saiu após. Se V. Exa. quiser, passou-lhe toda a sentença. A sentença saiu após o Prefeito Cássio Taniguchi, que hoje é Deputado, porque já renunciou ao mandato. Mas, já teve cumprido o seu mandato, por isso não o atinge ou não o alcança. É possível recorrer. Duvido muito que diante destes fatos esta sentença possa ser reformada em Tribunais Superiores. Porque à época, foi uma absoluta vergonha o que se fez aqui em Curitiba, a Prefeitura de Curitiba determinou ao IPMC e ao seu Presidente que comprasse um prédio, que beneficiasse determinados vendedores deste prédio. Isso foi feito. Só o terreno praticamente já valia, praticamente, aquilo que estava sendo comprado para o valor do prédio. E o IPMC foi, sim, lesado.

Espero que na sequência possamos tirar isso como aprendizado.

Sr. Presidente, encerro, porque sei que temos o convidado nosso para fazer sua exposição. Mas, volto a este tema no dia de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, estamos recebendo a visita do Dr. Miguel Riella, Presidente da Pró-Renal. Ele tem pacientes para atender, um assunto que é de interesse de mais de 9 milhões de paranaenses. Então, vou abrir mão do horário para ouvir o ilustre convidado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito obrigado. Concedemos a palavra ao Dr. Miguel Riella.

Dr. Miguel Riella

O SR. MIGUEL RIELLA

Deputado Nelson Justus. Deputada Cida Borghetti, Deputada Rosane e Srs. Deputados.

Prometo ser breve. Gostaria, inicialmente, de agradecer mais uma vez a oportunidade que esta Casa nos dá. É o segundo ano consecutivo em que no Dia Mundial do Rim nós somos recebidos nesta Casa para trazer a nossa mensagem. Gostaria de lembrar que esta mensagem é

com relação ao Dia Mundial do Rim, que foi instituído pela vez primeira em 2006 e tem sucessivamente trazido mensagens diferentes.

A primeira mensagem, de 2006, foi perguntando: “Como estão os seus rins?” Isso para que as pessoas fossem educadas e alertadas para a maneira silenciosa que as doenças renais acometem no rim, principalmente a pressão alta e o diabetes. No ano seguinte foi mostrar que ela é muito mais comum do que supúnhamos. Hoje, sabemos que entre 10% a 13% da população adulta tem doença crônica nos rins e não sabe.

Em 2008, a mensagem foi de como são fantásticos os nossos rins, que filtram 200 litros de sangue por dia de maneira silenciosa, que produzem 180 litros de urina por dia e ao final nós só eliminamos 1,5 - quer dizer, são filtros realmente fantásticos. Em 2009 a mensagem foi: “Proteja os rins, controle a sua pressão”. Por que hoje, sabemos que a pressão arterial junto com o diabetes são as duas principais enfermidades que lesam o rim. E finalmente no ano que vem o que estamos imaginando é que teremos a mensagem: “Proteja os seus rins e salve o seu coração”. Isso porque as pessoas que têm problemas crônicos nos rins têm uma incidência de doença cardiovascular muito alta.

Temos na Cidade de Curitiba e nas principais Cidades do Paraná, levado uma mensagem não só durante esta semana em que se comemora o Dia Mundial do Rim mas, durante o ano todo falando sobre a creatinina. Hoje nós podemos dizer que se há alguns anos ninguém da população tinha ouvido falar em creatinina, hoje podemos dizer que de 15% a 20% das pessoas já sabem o que é creatinina - podem até não saber qual é a sua creatinina. Usamos atores, pessoas da mídia para divulgar essa nossa mensagem, com outdoors. Inclusive, no mundo inteiro temos essa mensagem sendo levada nesta semana, em torno do Dia Mundial do Rim.

Este ano a mensagem é: “Proteja os seus rins, controle o diabetes.” E por que isso? Quero mostrar três ou quatro figuras relevantes que vão ilustrar isso. Este mapa dá uma ideia da magnitude do problema. Este é o mapa dos Estados Unidos que mostra, por exemplo, em vermelho os Estados com mais de 8% de diabetes, em amarelo os com mais de 4%. Este mapa é de 1994, alguns anos depois o mapa piorou e hoje temos que no País inteiro a incidência de diabetes aumentou e no Brasil é da mesma maneira - sabemos que 105 da nossa população é diabética. E é interessante olharmos por que isso ocorre. Existem vários fatores, sendo um a nossa dieta não muito saudável, o que nós chamamos de coca-colonização, modernização ou ocidentalização e também há uma relação muito direta entre o excesso de peso e diabéticos.

De sorte que podemos dizer que dentre as piores epidemias da humanidade, como o Dilúvio há 3.000 A.C., a Peste Bubônica em 1600; a Gripe Espanhola em 1919, a AIDS nos anos 90: atualmente, a partir de 2000, diabetes, diabetes tipo 2 que afeta a população adulta é a que mais nos preocupa.

Então, esta é a mensagem, que gostaríamos de transmitir aos senhores, é a mensagem que estamos levando a toda comunidade do Paraná. Estamos realizando na quinta e na sexta-feira uma feira de saúde que a população terá exames gratuitos de pressão arterial, exames de glicemia. Então, esta é a mensagem. Gostaria mais uma vez de agradecer o apoio dos Srs. e Sras. Deputadas, a Assembleia sempre abriu as portas para a Fundação Pró-Renal para esse trabalho que nós fazemos para a comunidade.

Sr. Presidente, Mesa Diretora, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito que seja passado um vídeo institucional por cinco minutos.

(Final da apresentação de vídeo)

Oradores:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti, para que fale em nome da Assembleia Legislativa. De igual maneira o Deputado Neivo Beraldin.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Primeiramente, quero saudar o Dr. Miguel, toda a sua equipe e a sua esposa que é tão atuante voluntária e está sempre presente nas ações da Pró-Renal. Em nome da Assembleia Legislativa, da Mesa Diretora, do nosso Presidente Nelson Justus e de todos os demais colegas quero registrar aqui, Dr. Miguel, penso que a Pró-Renal, pelo trabalho que o senhor vem desenvolvendo, pela sua capacidade de conhecimento, é uma honra tê-lo como um paranista conhecido no mundo todo.

Quero dizer que a partir do dia 22 de fevereiro de 2010, o Governador Roberto Requião sancionou a lei que esta Casa pode aprovar, portanto, todo este Plenário, a Lei nº 16451, que cria no calendário oficial do Estado do Paraná, na segunda quinta-feira do mês de março, o Dia de Prevenção Contra os Problemas Renais, instituindo em todo calendário oficial do Estado. Acho que é um avanço. É preciso trabalhar a prevenção e nesse dia é preciso criar políticas específicas para a área renal. Acho que o senhor é um grande colaborador e irá ajudar muito. As Secretarias da Educação e da Saúde estarão juntas prevenindo toda população, porque aproximadamente 60% das pessoas não sabem que têm o problema. Então, queria deixar consignado.

Agradeço à Presidência e seja sempre bem-vindo a esta Casa! O senhor é um companheiro desta Casa, anualmente está conosco falando desse assunto que é de extrema importância para toda população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, Deputada Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Presidente Nelson Justus.

Em nome da Comissão de Saúde, gostaria de saudar ao Dr. Miguel Riella, um dos mais renomados médicos nefrologistas do Brasil, não apenas do Paraná. Quero destacar que ontem a Comissão de Saúde, em parceria com a Sociedade Paranaense de Nefrologia e com a Fundação Pró-Renal, iniciou a realização de uma grande campanha no Estado do Paraná para incentivar as pessoas a fazerem o exame de creatinina e também o controle de diabetes, até mesmo para prevenir as doenças renais que são extremamente graves, levam à falência de órgãos e podem levar as pessoas até a morte. Portanto, fica aqui o meu agradecimento ao Dr. Riella, a toda sua equipe, minhas congratulações à Fundação Pró-Renal pelo magnífico trabalho social que realiza.

Quero lembrar à população mais carente que estará acontecendo a Feira de Saúde, na quinta e na sexta-feira, na praça Rui Barbosa, e que lá as pessoas poderão fazer esses exames importantes. Quem não puder ir à Feira de Saúde poderá dirigir-se, posteriormente, à Fundação Pró-Renal.

Obrigado, Sr. Presidente! Parabéns ao Dr. Miguel Riella e parabéns à toda sua equipe!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, da mesma maneira queria aqui parabenizar a apresentação e a presença do Sr. Miguel Riella, justamente pelo significado do trabalho que realiza. Ele é um médico que sabemos que atende tanto quem pode pagar, como também quem não pode pagar. É uma pessoa que atua, trabalha na Fundação Pró-Renal, ou seja, é uma referência do ponto de vista da Saúde Pública.

Dr. Miguel Riella, vou fazer uma confissão pública aqui, sempre olho seu trabalho de longe, por uma razão muito particular: sou um daqueles 2% da população mundial que nasceu apenas com um rim. Então, eu cuido muito do meu, da minha pressão arterial, tomo cuidado com o sal, tomo aqueles cuidados todos, faço exame de creatinina de forma regular, enfim, faço um acompanhamento e sei da importância que o rim tem na vida de uma pessoa.

Então, quero aqui parabenizá-lo do ponto de vista do trabalho que realiza, e sei da importância das pessoas, porque afinal de contas o rim é absolutamente fundamental. Quero aqui publicamente parabenizá-lo e a toda equipe, que sei que tem um trabalho muito duro, mas fazem porque acreditam, e fazem com amor. Então, parabéns pelo seu trabalho e a toda equipe.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, tendo a presença do Ilustre Professor Dr. Miguel Riella, não poderia me furtar de dar, também, o meu testemunho no sentido de que o trabalho que V. Sa. exerce liderando a Pró-Renal e convocando as pessoas de bem para que pudessem se irmanar nesse seu projeto. muito importante, o Brasil precisa de líderes como V. Sa., aliás, V. Sa. já é um líder e dá palestras no mundo inteiro, é requisitado, é um médico exemplar. Mas, pelo conceito de médico, pela liderança que V. Sa. tem como profissional em excelência, na frente da Pró-Renal.

E também aproveitar este momento para fazer um apelo a todos aqueles empresários, a todos aqueles com boas intenções, todos aqueles que querem ajudar o próximo, que não percam essa oportunidade, e a Pró-Renal se manifesta, na Assembleia Legislativa, para colaborar, dar a sua contribuição, sim, os órgãos públicos, a iniciativa privada, todos temos que participar, porque temos que estender a mão aos mais humildes, aos que mais precisam. Dr. Riella receba o nosso abraço e certamente esta Casa, hoje, marca um ponto muito especial com a sua presença, porque a sua presença e o vídeo exposto aqui são um alerta para a sociedade pela importância que tem a sua causa e a causa da Pró-Renal.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo, neste instante, a palavra ao Deputado Belinati. Agradeço, desde já, e faço coro com todos os Deputados à presença ilustre do Deputado Miguel Riella que será sempre bem-vindo a esta Casa.

Agradeço, Deputado Belinati, a deferência que V. Exa. fez para que o Dr. Riella pudesse antecipar a sua fala, até porque teve compromisso. Realmente V. Exa. merece todos os nossos aplausos.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Muito obrigado, nobre Presidente, Deputado Nelson Justus.

É um pedido do Presidente para falarmos depois do convidado, isso é um mínimo que temos que colaborar.

O meu amigo Emerson P., em franca recuperação de uma cirurgia, manda, aqui, uma mensagem do nosso cidadão de Londrina, o Albuquerque, popularmente conhecido como Mensageiro, que faz uma solicitação que acho que o Governo tem condições de atender, vai custar quase nada para o Governo, seria o Governo do

Paraná, disponibilizar, dentro de um projeto, o fornecimento de peixes para pequenos piscicultores. Tem gente que não sabe o que são piscicultores. Piscicultores são os criadores de peixes. Olhem, que coisa maravilhosa, tem tanto açude, aqui, no Paraná. Eu fico imaginando se o Governo do Paraná, através da Secretaria de Agricultura ou de algum outro órgão, fornecer alevinos para os criadores de peixes, imaginem que produção maravilhosa, porque o grande problema do mundo é, inegavelmente, a fome, não há comida para todo mundo, aliás, até tem, mas pelo desperdício, o mundo tem quase 1 bilhão de seres humanos que passam fome. Então, está aí, o Pessuti vai assumir o Governo do Paraná. Acho que essa ideia é muito boa. E para as mulheres que vão ter neném, estou vendo o Jornal Oeste mostrando que a fisioterapia é um caminho para o parto normal das gestantes. O Estado do Paraná, matéria polêmica, aqui, o Requião querendo guarda-costas para depois que deixar o Governo. Acho que toda pessoa que não faz inimigos no cargo público, acho que não há necessidade de guarda-costas, temos exemplos da Emilia Belinati que assumiu mais de 40 vezes o Governo do Paraná e o grande guarda-costas dela era a Bíblia. É um momento que o povo reclama de tanta violência e de falta de segurança.

Disse hoje no almoço para o grande líder, Deputado Romanelli, que essa história do Requião querer que sejam contratados seguranças, com o dinheiro que o povo paga de imposto, pegou muito mal na opinião pública.

A Folha de Londrina traz a manchete: "Pequenas empresas se unem para exportar - os pequenos produtores de software." É uma coisa boa exportar, para trazer dinheiro do exterior. É o grande caminho para o Brasil, uma grande Pátria, para que tenha cada vez mais prosperidade e gere cada vez mais emprego para o nosso povo.

Na Gazeta do Povo, a ONU - Organização das Nações Unidas - tem um projeto para tentar diminuir as mortes no trânsito do mundo inteiro. Esta matéria mostra que morre por ano no nosso planeta, 1 milhão e 300 mil pessoas em acidente de trânsito.

Tivemos um caso aqui que até pena de morte seria pouco, para um monstro que saiu dirigindo um carro na rodovia Raposo Tavares, com um enorme movimento e ele, cara de pau, na contramão, com milhares de carros. Até que de repente um casal não conseguiu desviá-lo e morreu na hora, com o carro pegando fogo. Havia uma menina de 12 anos no carro também, que não sabe que os seus pais morreram. Ela gritou desesperada para que salvassem sua mãe e seu pai, vendo o caro pegando fogo. Eles morreram carbonizados.

Agora, o cidadão vai contratar um advogado e é capaz de arrumar uma bela desculpa. Vai resolver ele ficar 30, 40 anos na cadeia? Se tivesse pena de morte para um infeliz como ele! Há tanta campanha para a pessoa não dirigir embriagado.

Por isso temos que apoiar esse trabalho que a ONU vai fazer, porque o número de mortos é muito grande, não só nas rodovias, mas também dentro das Cidades.

A Folha de São Paulo traz o Presidente Lula: “Lulinha Paz e Amor,” todo assanhado, dando um agarro em uma fotografia. Tenho a impressão que a Dona Mariza deve ter quebrado o rolo de macarrão na cabeça do Lula, ontem. Ele aproveitou o embalo do Dia Internacional da Mulher, com todo o respeito, porque o Lula é uma pessoa popular. Se fosse em outro regime, naturalmente aquilo que estamos falando poderia pegar mal. Mas aqui é uma descontração, ele abraçado com uma fotografia, para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Tem também uma coisa que não gostei. O Presidente Lula está no final do seu Governo e para que terminar mal? A Caixa Econômica que tem um lucro fabuloso, um banco do Governo, está acionando 37 mil fiadores alunos. São estudantes que pegaram financiamento na Caixa Econômica Federal para estudar. Naturalmente o aluno está inadimplente porque muita gente se forma, recebe o diploma, Deputado Elton Welter, V. Exa. que é cama, mesa e banho com o Presidente Lula, acho que ele poderia mandar suspender essa execução. Para que executar os fiadores? Uma grande parte dos alunos, repito, saem com o diploma, concluem uma universidade, particular no caso e ficou com a dívida. Acho até que nem deveria ter fiador nesse caso. O aluno deveria ter o financiamento da Caixa Econômica, independente de ter avalista ou não. De repente a pessoa fica inadimplente, você corre o risco de perder a sua casa, seu automóvel, ficar com o seu nome sujo. É uma infelicidade do Presidente Lula, ao apagar das luzes, mandar executar 37 mil brasileiros e brasileiras que financiaram o empréstimo junto a Caixa Econômica Federal.

O Estudante se formou, mas não conseguiu um emprego, protela, joga lá para frente a dívida.

E para terminar, Deputado Nelson Justus, Deputado Neivo Beraldin, a um grupo de Deputados Federais porque na semana passada, os policiais militares de todo o Brasil, iriam fazer carreatas para comemorar a aprovação na tarde de quarta-feira em Brasília, a aprovação, finalmente a concretização de um sonho, comemorar a vitória de uma luta de muitos anos dos policiais militares e bombeiros, pela implantação do piso salarial único para todo o Brasil. A luta iniciar era de R\$ 4 mil e 500. Na tarde de quarta-feira foi aquela festa em Brasília, aprovaram um piso de R\$ 3 mil e 500. Os policiais iam fazer a maior festa em todo o Paraná, iam percorrer os quartéis, as sedes da Polícia Militar, as delegacias. Carreatas pelo centro de todas as Cidades do Paraná para festejar a grande vitória, o piso salarial para os policiais.

Mas, na calada da noite, uma maldição colocou tudo a perder. Que coisa feia. Que palhaçada os Deputados que na madrugada, quando os muitos líderes

estavam voltando para os seus Estados, para comemorar aquela grande aprovação. De repente, traidores do povo em Brasília, grande líder Deputado Waldyr Pugliesi, com a história maravilhosa na vida pública o Paraná, na madrugada alguns Deputados Federais, para sacanear, para trair os policiais e bombeiros, apresentaram os destaques para jogar lá para frente, talvez para nunca mais ser discutido. Agora não tem mais tempo previsto, quando vão voltar a discutir se aprovam ou não o piso para os policiais e para os bombeiros do Brasil inteiro, Foi um golpe rasteiro. Foi uma traição. Creio que os policiais, as esposas dos policiais, eu tenho uma amiga, por exemplo, a Vera Rubbo, ela é líder das esposas dos policiais, porque o policial não pode falar, se ele abrir a boca é punido. É a única categoria que tem de ficar com esparadrapo na boca, mas tem as guerreiras esposas dos policiais que falam aquilo que o marido não pode falar e têm os líderes como os Vereadores, Deputados, Senadores, que também falam pelos policiais.

Então, quero hoje dizer que está de luto esse movimento, foi uma decepção, um caminhar de água fria que jogaram em cima! Foi uma rasteira! Mas creio que as esposas dos policiais e dos bombeiros deviam pegar nome por nome de Deputado que traiu a categoria e espalhar pelo Paraná e pelo Brasil, porque quem traiu essa categoria não merece um voto sequer de policial ou de seus familiares!

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Belinati, V. Exa. está coberto de razão e me somo ao seu pronunciamento, porque a inquietação da Polícia realmente é muito grande por tudo isso que V. Exa. já falou, salário e tudo mais.

Agora, qual a causa dos Deputados tomarem essa atitude? Sabe qual é a causa? É a base do Governo, eles ganham o voto do povo e depois viram voto do Presidente da República, do Governo. Então, qual é a troca que se dá para que o Governo tenha essa base? O Deputado fica na intermediária de uma ambulância, de um ônibus ou de qualquer benefício que está no orçamento público, mas sem ter pagas aquelas emendas parlamentares que são um vício em Brasília, os Deputados Federais dizem que os Prefeitos não lhes prestam apoio, é uma máquina que está viciada e esta máquina vem acontecendo aqui na Assembleia Legislativa também, está acontecendo nas Câmaras de Vereadores também.

Temos que ter Deputados Estaduais, Vereadores, independentes do Poder Executivo, têm que ter voz, têm que ter independência, não podem chegar no Parlamento e simplesmente acertar os seus interesses e votar cegamente com o Governo que está de plantão. Me solidarizo com V. Exa.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Em resumo, o Deputado tem verba, está mamando na teta do Governo, durante a tarde votaram a favor dos policiais e dos bombeiros, galerias cheias, e de madrugada eles puxaram o tapete, deram este golpe sujo que, com certeza, haverá de ter o troco por parte das famílias dos policiais.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi, no horário do PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sra. Presidente, Parlamentares, que bom vê-la na presidência, ainda todos nós comemorando o Dia Internacional da Mulher.

Sra. Presidente, estou aqui na tribuna para fazer até um registro a respeito de acontecimentos brasileiros, e nesses dias Tancredo Neves completaria 100 anos de vida.

Bom, antes de mais nada, Deputados, gostaria de dizer o seguinte: eu vi a chegada da ditadura militar, na contrarrevolução que foi deflagrada no dia 31 de março. E como vi a chegada também vi a partida da ditadura militar. E nós do PMDB tivemos fundamental importância nesses acontecimentos.

Lembro que quando discutíamos essas questões eu defendi uma posição muito clara, estávamos fazendo monumentais comícios pela realização das Diretas Já, e eu tinha como convicção que aqueles milhões de brasileiros que estavam nas ruas para clamar por eleições diretas, na realidade, conseguiriam esse intento. Então, eu era alguém dentro do PMDB contrário à ida ao colégio eleitoral, onde teríamos uma batalha entre o Tancredo Neves e o Paulo Maluf. Eu acreditava portanto nas eleições diretas, porque aí sim poderíamos formatar um Governo plural, mas que na sua diferenciação poderia abrigar todo mundo no sentido de realizarmos as mudanças que eram tão necessários à vida brasileira.

Pois bem, nada disso aconteceu. E na realidade o Presidente eleito, Tancredo Neves, depois de ser escolhido de maneira indireta, ele acabou tendo a programação de uma imensa viagem, poderemos dizer assim. Seria, no meu entendimento, de ver a sagração da sua eleição após a existência de um regime militar. Porque os militares estavam à espera de voltarem, com um novo golpe, a comandar esta Nação. O Presidente Tancredo Neves se encaminhou mundo afora para receber apoios de líderes mundiais, que na realidade diriam ao Presidente, recém-eleito diretamente: “Olha, vamos em frente, que não terão coragem de golpear as instituições e

defenestrá-lo da Presidência da República.” Então ele se dirigiu, e o Recupero que era Embaixador, foi Ministro da Fazenda - o Rubens Recupero está lançando um livro onde ele conta esses acontecidos - as impressões totalmente favoráveis que eles tiveram do Felipe Gonzales, um monumental estadista produzido pelo povo espanhol na substituição daquele ditador sanguinário que foi o Franco. Ele falou com Mitterrand, falou com o Regan, que era Presidente dos Estados Unidos.

Mas o que eu quero relatar aqui a todos vocês é aquilo que aconteceu no Vaticano, porque foram visitar o Papa João Paulo II, como é próprio, muitas vezes, determinados políticos se desdobram em mesuras, em ser extremamente agradáveis, e depois da conversa que tiveram com o Papa eles foram recebidos pelo Cardeal Casaroli, Secretário de Estado do Vaticano.

O Presidente, como era Presidente mineiro e faria 100 anos, mas talvez ele tenha passado 50 anos fazendo média com todo mundo, porque era próprio do Presidente Tancredo, ou do Senador, ou do Governador Tancredo, dizer o seguinte quando alguém perguntava: “O Paulo Maluf?” Ele respondia: “Um grande brasileiro, que prestou inestimáveis serviços à Pátria;” “E fulano de tal?” “Um grande brasileiro, que prestou inestimáveis serviços à Pátria”. A conversa dele com o Cardeal Casaroli, no Vaticano, foi mais ou menos nesse sentido.

O Presidente eleito adotou, no início da conversa - esse é o relato escrito e manuscrito pelo Recupero - temas e tons que naturalmente imaginara que seriam do agrado de um Cardeal idoso, dos mais poderosos da Cúria romana. Eminência, falou Tancredo: “Viemos aqui, eu, minha mulher e minha comovida expressão do sentimento mais sincero da devoção e da filial obediência do povo brasileiro. A nossa população é muito sofrida e ainda numerosos brasileiros vivem em estado de lamentável pobreza. São os atributos da fervorosa fé católica e viva religiosidade que explicam a resignação com que a população brasileira suporta a adversidade e o sofrimento.” Palavras do Presidente Tancredo.

Olha o que o Cardeal falou para ele. O velho Cardeal Secretário ouviu tudo com atenção, na mesma nota de união e formalismo, e replicou usando palavras parecidas, mas se encaminhando à uma conclusão bem diferente: “Sr. Presidente, tenho a certeza que o Santo Padre terá colhido com grande alegria esse fervoroso testemunho, mas é preciso, Sr. Presidente, nunca esquecer que a fé profunda e religiosa são sempre admiráveis, mas não bastam. É necessário igualmente agir para mudar a situação, melhorar as condições de vida do povo brasileiro, não só resignar-se. É preciso realizar a reforma agrária e as demais reformas sociais aconselháveis”.

Tancredo Neves foi lá fazer média, dizendo que estávamos resignados, agachados na nossa fé, na nossa religiosidade, e foi o próprio Vaticano que falou para ele: “Não basta isso. É preciso agir, ter ação, é preciso ter as

reformas!” Estas reformas que estamos fazendo aqui no Paraná, sob o comando do companheiro Roberto Requião, do Pessutão e de todos aqueles que estão nos ajudando. Como é chato terminarmos! Mas, é isto. É a regra. Eu não me resigno, não. Fico sempre com uma rebeldia dentro de mim. Acho que é isso, companheiros, que me faz fazer esta longa caminhada, de cabeça erguida!

O SR. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No horário destinado à Liderança do Governo, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados; Deputado Waldyr Pugliesi é uma honra para nós tê-lo como Presidente do Diretório Estadual do PMDB e V. Exa. cumprirá o desígnio de cumprir este mandato até o fim. Tem o apoio amplo de toda a Bancada do nosso partido aqui na Assembleia Legislativa. E ao mesmo tempo, nos orgulhamos muito pela sua trajetória na política, pelo tempo de vida pública, pela coerência, por não ter se afastado dos seus ideais e por manter viva e muito forte esta chama libertária a favor da democracia e da justiça social. Parabéns! Me orgulho muito. V. Exa. tem esta capacidade, até de divergir de si mesmo, em alguns momentos. Justamente por esta rebeldia que tem, do prato feito. Eu compreendo e admiro muito o seu trabalho, esta juventude que tem. Aliás, temos Deputados que têm uma longa caminhada, como o Deputado Antonio Anibelli, Dobrandino da Silva, o próprio Deputado Waldyr Pugliesi, mas que são muito jovens, ainda, justamente pela cabeça que tem, por aquilo que partilham com todos, do ideal de uma sociedade onde prevaleça a liberdade.

Mas, quero, Deputado Ademar Traiano, que são se encontra mais aqui nesta Casa, pelo menos neste momento, no plenário, quero dizer o seguinte, o Deputado Ademar Traiano, Líder do PSDB aqui na Assembleia Legislativa é um Deputado que por diversos mandatos tem exercido, sempre com uma postura independente, com firmeza.

Mas, ao mesmo tempo, penso que todos temos aqui dias bons e dias ruins, na nossa vida. E não é diferente aqui no Parlamento. Eu, certamente, muitas vezes já subi a esta tribuna e manifestei meu pensamento e saí daqui de mal comigo mesmo. Tipo: não fui bem hoje. E acho que isto aconteceu já com todos, aqui.

E hoje, indiscutivelmente, na minha avaliação, foi um destes dias, com o Deputado Ademar Traiano. Porque havia e há por parte da Casa uma aspiração para que pudéssemos aprofundar o debate sobre o piso do salário-mínimo no Estado do Paraná. Há discussões, questionamentos, há gente a favor, há gente contra, os argumentos são muitos. Mas, recebi como Líder do Governo e como relator, que aliás agradeço publicamente a designação

que me foi feito pelo Deputado e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Amaral, recebi as centrais sindicais, num apelo, para que pudéssemos, é importante, debater, discutir, vamos votar.

E temos que reconhecer, Deputado Durval Amaral, o Governo previamente, no mês de janeiro fez um amplo debate, antes que pudesse vir a esta Casa e aqui há um Parlamento que está aqui, hoje, que participou de todo este debate, de todo o fio condutor que estrutura esta política do salário-mínimo, que é o Deputado Enio Verri era o nosso Secretário de Planejamento até outro dia. Agora, o Governo debateu amplamente com as centrais sindicais. Há duas semanas, depois que já havíamos decidido fazer uma Audiência Pública, em um domingo fui em um evento que foi patrocinado pela Prefeitura de Curitiba, que até estranhamente só participou a Presidente do Instituto Municipal de Turismo, a Juliana, era a FESTMODA, um encontro da indústria do vestuário do Paraná aqui na Capital. Era um evento e o ex-Prefeito de Nova Esperança, que está no ramo, convidou-me e fui, sendo que era o único Parlamentar presente. Nesse evento encontrei o Adson Ackel, que é o Presidente da FACIAP, estava também o Vice-Presidente da FIEP, dirigentes da Associação Comercial do Paraná e eles me fizeram um apelo: “Nós queremos discutir a questão do piso do salário-mínimo e mais, porque nós temos o direito.”

Eu falei: quero dizer que esse é um tema já bem discutido e bem avançado. Aí ele questionou que eles não discutiram. As associações comerciais do Paraná querem discutir o piso do salário-mínimo, o projeto de lei. Vim a esta Casa, o Deputado Reni Pereira tinha um requerimento para realizar as Audiências Públicas e eu, como relator, assenti que era possível fazer pelo menos quatro Audiências Públicas e marcamos essas Audiências Públicas uma para a próxima sexta-feira, dia 12, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, onde vamos ouvir a sociedade civil organizada, o setor empresarial, o setor patronal e todos os outros segmentos que estão envolvidos nesse tema. Inclusive conversava com a chefe que está respondendo pela Procuradoria Regional do Trabalho, Dra. Viviane, e da importância desse debate, dessa discussão em relação a um instrumento normativo que regula a questão do salário no Estado do Paraná. E ao mesmo tempo marcamos para segunda-feira, dia 15, aqui em Curitiba, na Associação Comercial do Paraná, e no dia 19 em Londrina e Maringá. Pelo menos essas quatro Audiências Públicas antes que o projeto possa ser votado no âmbito da CCJ.

É possível melhorar o projeto? Claro que é possível melhorar o projeto. Indiscutivelmente. Claro que o projeto, pelo quinto ano, já está bem apurado do ponto de vista da fundamentação, já está bem apurado do ponto de vista técnico, ou seja, toda a fundamentação. Inclusive, a Audiência Pública é muito importante porque as pessoas vão verificar porque na verdade a imprensa noticiou: vai aumentar 21% o salário-mínimo. Na verdade 21% é para aquela categoria 1, que é o técnico. De fato o trabalhador

de serviços da agricultura são 9,4% em relação ao piso do ano anterior. Então, isso tudo vai ser desmistificado, vai se dar transparência a esse debate porque a sociedade paranaense tem o direito de saber o que estamos votando aqui e a importância que tem o piso como instrumento normativo para regular relações do trabalho em um Estado com uma desigualdade social tão gritante que nós temos, com uma distribuição de renda tão ruim quanto é no Paraná, que é pior do que no Rio Grande do Sul e do que em Santa Catarina. Então, nós temos que fazer alguma coisa para ir modificando essas relações.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Romanelli, nem quero entrar na questão da Audiência Pública. Sabe o que eu percebo?

Vou fazer uma constatação: sinto que aqui na Casa quando alguns poucos Parlamentares - como o Douglas, o Rangel, o Traiano, o Rossoni - tem um posicionamento, causa uma urticária em algumas pessoas. E eu quero dizer a V. Exa. que tenho um pensamento: Posso discordar de V. Exa. daquela tribuna radicalmente, mas defendo que V. Exa. tenha o direito de colocar a sua posição. Tenho isso claro na minha cabeça, tenho isso como o princípio do porquê existe esta Casa.

Mas, parece que algumas pessoas aqui não podem externar a sua opinião que causa um mal estar, uma coisa diferente. Quero fazer essa constatação hoje, porque fiquei extremamente chateado com o posicionamento da Casa com o Deputado Traiano, foi deselegante com o Deputado Traiano, faltou com a postura com o Deputado Traiano, falou que usou de pouca inteligência. Veja V. Exa., foi da tribuna, discordou do Deputado Traiano...

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

V. Exa. tem...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pediria que a Sra. Presidente pudesse conceder alguns minutos, até para os oradores falarem e eu já concluo também o meu raciocínio aqui.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Penso que não quero causar nenhum constrangimento. Concluo o meu aparte e agradeço pelo entendimento de V. Exa. de ter concedido o aparte. Obrigado.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, essa questão da audiência, é lógico que temos que respeitar o posicionamento dos Deputados, que entendem que ela não seria necessária. Mas quando eu ouvi, ainda no período do carnaval, a Associação Comercial de Foz do Iguaçu, eles falaram exatamente isso que eles falaram com o senhor, e queriam ser

ouvidos. E a semana passada, já tinha marcado previamente antes de ter a anuência da presidência da Casa da realização da Audiência aqui em Curitiba, estive reunido com alguns empresários, e eles já concordam que é difícil. E todas as colocações que fiz deixei bem claro que nenhum Deputado aqui vai votar contra o salário, até porque não tem como votar contra o trabalhador. Mas o que eles querem é entender. O que estamos tentando levantar? A possibilidade de estabelecer algum mecanismo de garantia para que esses segmentos que não possam arcar com esse piso, que exista um mecanismo de compensação. Só que como vamos descobrir isso? Ouvindo os segmentos. Acho que é o mínimo que a Assembleia pode fazer é ouvir quem vai pagar.

Vamos fazer a lei atendendo uma mensagem do Governo? Vamos atender os trabalhadores, mas vamos ter a responsabilidade de ver se o segmento comporta pagar. É isso que a Audiência com certeza vai trazer resultados positivos para o Poder Legislativo, não é para o Deputado A, B ou C. Agora, infelizmente se algumas pessoas não estão tendo tempo de se engajar num debate tão importante aí desculpe.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado Deputado Reni. Concluo Sra. Presidente dizendo o seguinte: o debate é absolutamente saudável, a democracia representativa ela tem que efetivamente respirar aquilo que é o fundamento, que é a opinião das pessoas, da sociedade civil organizada, da participação popular. Temos que mudar esses paradigmas, temos que ter a coragem de poder discutir, como fizemos no bom exemplo, fizemos com a lei antifumo, fizemos reforma tributária. E só ganhamos com esse debate, essa Casa só ganha quando é arejada com o debate com a sociedade civil organizada, os trabalhadores e dos empresários.

Quero concluir agradecendo os apartes e dizer o seguinte: amanhã eu quero falar sobre essa questão da lei em relação a questão da segurança. Já tem nove Estados que têm leis iguais a essa e amanhã falo sobre esse tema. Mas agradeço a generosidade, e penso eu que as Audiências Públicas são fundamentais. E o Presidente Nelson Justus, Deputado Valdir Rossoni, penso que ele reagiu até para defender o que foi a deliberação unânime da CCJ, a decisão foi de uma comissão desta Casa e apoiada pela Presidência da Assembleia. Mas a divergência faz parte do Parlamento.

Obrigado.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 479, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias a serem realizadas no dia 10 de março do corrente ano, em virtude de estar participando como Parlamentar representante da região de Umuarama na Expo-Umuarama. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 009/10, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Instituto Vida Renovada, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 009/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Vida Renovada - IVR, com sede no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro e representação no Município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/03/10.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 024/10, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação de Judô Irineu Schmidtke, com sede no Município de Quatro Pontes e foro no Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovada. (Publ. no DA nº 003/10, de 08/02/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 004/10, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de janeiro de 2010. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. **Aprovada. (Publ. no DA nº 011/10, de 01/03/10, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a obrigatoriedade de acomodação, em espaço único, específico e de destaque, de produtos alimentícios recomendados para pessoas com diabetes, intolerância à lactose e celíaca. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CIC E CSP. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que institui o Dia Estadual do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho de cada ano, no Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Em votação.

O SR. ELTON WELTER (Para Discutir)

Esse item é mais uma ação que culminou com ações que esta Casa já fez. Esta Casa mediu uma discussão que culminou em indicações legislativas, no início por projetos de lei, mas que culminaram em decretos do Governador Roberto Requião que tiraram os impostos incidentes sobre a cadeia da produção da uva. Isso culminou na isenção de tributos para produzir vinhos, sucos e geléias, dos produtos derivados da uva. Isso fez, por exemplo, a Vinícola Campo Largo que é uma grande vinícola, está fomentando o plantio da uva com os agricultores familiares de toda região de Campo Largo, da Lapa e tantos outros. Tanto é que o maior produtor de muda de uva é o Município da Lapa. E, comemorar o Dia do Vinho aqui no Paraná, que é este projeto de lei que está em discussão, é mais uma ação que esta Casa está fazendo para essa atividade que tem diversificado a produção da agricultura familiar, tem gerado renda. E, essa medida que o Governo fez em tirar os tributos incidentes sobre a produção de vinhos, sucos e geléias da uva está gerando muito emprego, a indústria está fomentando o plantio e convencendo pequenos produtores a diversificar. Criando o Dia do Vinho, certamente é para comemorar os avanços desse segmento no Paraná.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está em votação o item 5. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que determina a divulgação pelas administradoras de cartões de crédito dos dados que menciona. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 211/09

P A R E C E R :

Relatório

O projeto que ora se analisa pretende tornar obrigatória a divulgação pelas administradoras de cartões de crédito dos dados que menciona, tais como: razão social, endereço completo, telefone de atendimento ao consumidor e CNPJ.

A proposta deve ser vista sob a visão da defesa do consumidor, ante a evidente relação de consumo verificada entre partes. Ademais, se pretende fazer com que o consumidor tenha facilitado o acesso aos fornecedores para que se elaborem reclamações e eventuais demandas judiciais.

Da Legitimidade

Para que se afira a legitimidade, necessário que se consulte o texto da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Prosseguindo, leia-se o artigo 53 da Constituição Federal:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Do objeto

O projeto tende a defender direitos básicos do consumidor, arrolados no artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Com a obtenção das informações descritas, pode-se dizer que o consumidor terá facilitado tanto a reclamação junto a empresa, como também em caso de litígio judicial.

Da conclusão

Face ao exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 211/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 211/09 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, determina a divulgação de dados pelas administradoras de cartões de crédito.

A presente matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Após, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

Louvamos a iniciativa do Deputado, pois o consumidor tem dificuldade de contato com operadoras de cartão de crédito, bem como, em caso de acionamento da Justiça, não possui dados cadastrais, impedindo-o de agir e cobrar seus direitos.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece a restrição do uso de vestimentas de proteção individual da área de Saúde, por frequentadores de bares, restaurantes e similares e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CIC. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/09, de 19/08/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 410/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

A presente proposta legislativa objetiva proibir que profissionais ligados à área da Saúde utilizem jalecos, aventais, entre outros equipamentos individuais de proteção, em ambientes públicos que servem refeições, a exemplo de bares e restaurantes. Consoante a justificativa apresentada pelo nobre Deputado, tal medida faz-se necessária à preservação da saúde da população, uma vez que referidas vestimentas - utilizadas durante o exercício profissional - podem ser vetores de doenças.

Fundamentação

Indiscutível a importância de preservar-se a saúde da população, ainda mais quando tomadas medidas de proteção que objetivem evitar a ocorrência de eventuais fatalidades. Porém, em que pese a extrema importância da matéria abarcada por esse projeto de lei, compete, inicialmente, à Comissão de Constituição e Justiça, em obediência às disposições constantes no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a análise acerca da constitucionalidade, legalidade, legitimidade e, por fim, da técnica legislativa ora utilizada.¹

Salienta-se que a saúde é um dos direitos sociais assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil², sendo, inclusive, direito de todos e dever do Estado, que deve ser garantido por meio de políticas sociais e econômicas, bem como através do acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e proteção³.

A competência legislativa, pois, concernente à proteção e defesa da saúde é atribuída, de forma concorrente, à União, aos Estados e ao Distrito Federal⁴. Portanto,

1. Art. 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quando ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

2. Art. 6º, *caput*, da Constituição Federal. São direitos sociais à Educação, à Saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, à Segurança, à Previdência Social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

3. Art. 196, *caput*, da Constituição Federal. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

4. Art. 24 da Constituição Federal. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da Saúde.

verifica-se que também ao Estado do Paraná é conferida a prerrogativa para, por meio de comandos legais, proteger e, igualmente, defender a saúde de nossa população.

Impende destacar que o caso, ora em exame, apesar de dispor acerca de normas de saúde, não invade o rol de atribuições delegado à Secretaria de Estado da Saúde (SESA), em conformidade ao constante no Decreto Estadual nº 777/07. Desta feita, não há que se falar em inconstitucionalidade formal, decorrente de vício de iniciativa, eis que o Parlamentar possui a legitimidade para legislar.

Esclareça-se, ademais, que o projeto de lei, na intenção de proibir a utilização de equipamentos de proteção individual, dispõe, em seu artigo 2º, que referidos equipamentos são os dispostos na Norma Reguladora nº 32, emanada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 939, de 18 de novembro de 2008. Por conseguinte, restringe a interpretação da norma, em obediência às disposições federais, impondo-lhe clareza e atingindo a finalidade legislativa.

Em rigor, o princípio da finalidade não é uma decorrência do princípio da legalidade. É mais que isto: e uma inerência dele; está nele contido, pois corresponde à aplicação da lei tal qual é; ou seja, na conformidade de sua razão de ser, do objetivo em vista do qual foi editada (...). O que explica, justifica e confere sentido a uma norma é precisamente a finalidade que a anima. A partir dela é que se compreende a racionalidade que lhe presidiu a edição⁵.

Deve ser frisado que outros projetos de lei, semelhantes ao analisado por esta Comissão, estão em trâmite em nosso País. Neste sentido, pode-se citar como exemplo o Projeto de Lei nº 2209/09 - proposto pelo Deputado Alessandro Calazans -, o qual tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro⁶. Outro também no Estado do Mato Grosso do Sul, visando, igualmente, proteger à saúde.

Entretanto, apesar do acima exposto, vislumbra-se a inconstitucionalidade do artigo 3º da proposta apresentada, posto que o Deputado, ao instituir multa pela hipótese de descumprimento, atribui à Vigilância Sanitária a fiscalização da norma. Importante destacar que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é uma autarquia sob regime especial - agência regulatória -, vinculada ao Ministério da Saúde.

Em consequência, consoante o disposto na Lei Federal nº 9782/99, compete à União definir a política nacional de vigilância sanitária, acompanhar e coordenar as ações estaduais, distritais e municipais de vigilância, em cooperação com os Estados e Municípios⁷.

5. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*, São Paulo: Ed. Malheiros, 2005. 18ª. ed. pg. 97.

6. Art. 1º do Projeto de Lei nº 2209/09 (ALERJ). Ficam todos os profissionais da Saúde que atuam no âmbito do Estado do Rio de Janeiro proibidos de circular fora do ambiente de trabalho vestindo os jalecos ou aventais com os quais trabalham.

Assim, visando sanar a inconstitucionalidade apresentada, opina-se pela aprovação do projeto de lei em consonância à emenda modificativa em anexo, a qual retira a atividade fiscalizadora atribuída à Vigilância Sanitária, passando-a, pois, à Secretaria de Estado da Saúde (SESA), órgão estadual que detém competência para tal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices às normas constantes na Lei Complementar n° 095/98.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, em conformidade à emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI N° 410/09

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa de Leis, retificamos o Projeto de Lei n° 410/09 para alterar de seu artigo 3°, *caput*, o órgão responsável pela fiscalização da lei, o qual passará de Vigilância Sanitária a Secretaria de Estado da Saúde. Desta forma, a redação do referido artigo passa a ser a seguinte:

“Art. 3° Estipula-se uma multa no valor de 100 UFIRs, cobrada em dobro em caso de reincidência, sucessivamente, a ser aplicada pela Secretaria de Estado da Saúde que ficará responsável pela fiscalização da presente lei.”

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI N° 410/09

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei n° 410/09 que estabelece a restrição do uso de vestimentas de proteção individual da área da Saúde, por frequentadores de bares, restaurantes e similares e dá outras providências.

A proposição visa proibir a utilização de jalecos, aventais, e outros equipamentos de proteção individual, utilizados por servidores, funcionários e profissionais da área da Saúde, ao frequentarem estabelecimentos comerciais destinados a servir refeições, tais como bares, restaurantes e similares.

7. Art. 2° da Lei Federal n° 9782/99. Compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: I - definir a política nacional de vigilância sanitária; V - acompanhar e coordenar as ações estaduais, distrital e municipais de vigilância sanitária; VIII - manter sistema de informações em vigilância sanitária, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O projeto excetua da restrição os serviços que funcionam no interior dos estabelecimentos mencionados, define a Vigilância Sanitária como órgão fiscalizador pelo cumprimento da lei e fixa multas em caso de infração.

A proposição não diz a quem será aplicada a multa, se ao profissional ou ao estabelecimento que permitiu a sua presença no local usando os equipamentos mencionados.

É relevante esta observação pois na lei antifumo é o estabelecimento que deve ser multado.

A competência da Comissão de Saúde Pública está prevista no parágrafo 8° do artigo 33 do novo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

§ 8° À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável propondo emenda que altera o artigo 3° dizendo que a competência é da Secretaria Estadual de Saúde e não da Vigilância Sanitária.

Ocorre que esta emenda não pode ser aprovada uma vez que em diversos Municípios do Paraná a Vigilância Sanitária é municipalizada e o poder de polícia é exercido pelos Municípios.

Restringir a fiscalização à Secretaria de Estado da Saúde pode criar obstáculos a aplicação da norma nos Municípios onde a competência da Vigilância Sanitária é destes.

Ainda sobre o texto da norma, indica-se ao autor que ajuste a redação do artigo 3° para esclarecer a quem se aplica a multa ali prevista.

Quanto ao mérito em si, parece-nos relevante a proposição pois visa proteger a saúde dos pacientes, a saúde dos usuários dos estabelecimentos destinados à alimentação e protege ainda a saúde do próprio trabalhador.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição com a redação original, fazendo-se o ajuste para indicar o destinatário da multa, pois presentes os requisitos formais e materiais exigidos ao caso.

Sala das Comissões, em 16/12/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI N° 410/09

P A R E C E R :

O projeto apigrafado estabelece a restrição de uso de vestimentas de proteção individual na área da saúde, por frequentadores de bares, restaurantes e similares e dá outras providências.

Esta proposta já foi aprovada na CCJ, atestando sua legalidade e constitucionalidade. Vindo a esta Comissão temática, e partindo do artigo 33 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, ora *in verbis*.

Art. 33 Cabe às Comissão Permanentes, observada a competência específica.

§ 6º À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades; sobre as proposições relativas ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior, e, manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Ante estas atribuições, temos que inexistirá qualquer prejuízo ao setor industrial ou comercial, pelo fato de este projeto proteger essencialmente a saúde e bem estar da população. Não haverá redução de movimento ou de faturamento pela consecução da lei ora tratada.

Por ser assim e mais, por ter a convicção de que iniciativas como esta merecem apoio por esta Casa de Leis, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Antes de passar aos requerimentos, esta Presidência registra e agradece a presença do Vereador Rafael, de Campina da Lagoa, a pedido do Deputado Reni Pereira. Seja bem-vindo a esta Casa!

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 454, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente em Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero encaminhar favoravelmente ao requerimento da Deputada Rosane Ferreira, porque as informações serão esclarecedoras. A Deputada Rosane Ferreira, além de integrar o Partido Verde, é uma pessoa que tem um profundo compromisso com o meio ambiente e, indiscutivelmente, é importante que se aprove este requerimento para poder esclarecer este tema.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 498, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 505, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminho favoravelmente a este requerimento do Deputado Litro, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Devidamente registrado, Líder do Governo. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela Ordem, Presidente.

(**Assentimento**)

Não tive tempo de ler o requerimento do Deputado Reni Pereira, mas indiscutivelmente, o requerimento, embora tivesse pedido para ser adiado, dependia que o autor pudesse modificar o destinatário, porque não é a Secretaria de Obras do Estado que realiza obras nas rodovias do Estado do Paraná, mas sim a Secretaria dos Transportes. Então, no mínimo, o autor poderia enviar o requerimento ao destinatário correto.

Inclusive, Deputado, quero reconhecer o seguinte: muito recentemente passei nesse trecho de rodovia e ele já está quase todo recapeado. Não foi ainda inaugurado porque este Governo, se fosse ficar inaugurando todas as obras que realiza, não teríamos o que fazer. Então o tema, na verdade, Deputado, tem que ser tratado com tranquilidade, faça o requerimento ao destinatário correto. Certamente a rodovia já está pelo menos muito melhor do que estava anteriormente. Passei lá, Deputado Artagão, faz duas semanas. Fui a Roncador, de Roncador fui a Nova Cantu, de Nova Cantu peguei a BR-369 para ir até o Município de Rancho Alegre do Oeste. Passei pela rodovia, conheço-a muito bem e ela está em muito melhor estado do que estava, mas o Deputado Reni pode alterar o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Apenas para informar V. Exa. que o autor, se entender e quiser modificar o requerimento, será apresentado amanhã novamente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Vou alterar, até porque o Líder do Governo deve ter passado antes da chuva. Depois da chuva, quase a metade foi embora. É justamente este o motivo do pedido para ver quanto pagaram e como é a garantia, porque o asfalto está indo embora.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O assunto será discutido amanhã em Plenário, portanto.

Requerimento nº 499, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 480, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 481, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 482, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 483, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 484, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 485 a 487, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 489 a 495, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 497, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 502 a 504, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 500, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 501, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 139/07 e 357/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 211 e 410/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 363, 545 e 709/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato

OFÍCIO Nº 019/10

Curitiba, 09/03/10.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse Diário Oficial do Poder Legislativo Estadual, o extrato contendo em suma o resultado da reunião realizada em 09/03/10, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- * Projeto de Lei nº 363/09 - Parecer Favorável
- * Projeto de Lei nº 621/09 - Parecer Favorável
- * Projeto de Lei nº 695/09 - Parecer Favorável
- * Projeto de Lei nº 709/09 - Parecer Favorável
- * Projeto de Lei nº 031/10 - Parecer Favorável
- * Projeto de Lei nº 042/10 - Parecer Favorável
- * Projeto de Lei nº 044/10 - Parecer Favorável
- * Projeto de Lei nº 051/10 - Parecer Favorável
- * Projeto de Lei nº 072/10 - Parecer Favorável

Comunicamos também os números dos projetos de lei que receberam parecer contrário nesta Comissão:

- * Projeto de Lei nº 251/08 - Parecer Contrário
- * Projeto de Lei nº 561/09 - Parecer Contrário
- * Projeto de Lei nº 710/10 - Parecer Contrário
- * Projeto de Lei nº 019/10 - Parecer Contrário
- * Projeto de Lei nº 030/10 - Parecer Contrário
- * Projeto de Lei nº 037/10 - Parecer Contrário
- * Projeto de Lei nº 043/10 - Parecer Contrário
- * Projeto de Lei nº 045/10 - Parecer Contrário
- * Projeto de Lei nº 046/10 - Parecer Contrário
- * Projeto de Lei nº 066/10 - Parecer Contrário

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado

Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademir Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Douglas Fabrício. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 639/09, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Tadeu Veneri e Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 662/09 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 649/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 687/09, de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 690/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 698/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana -

APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 704/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 003/10, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO, com abstenção de votação do Sr. Deputado Reni Pereira; 09) Projeto de Lei nº 005/10, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 027/10, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 16385/10. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 11) Proposição Veto Parcial nº 007/10, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 707/09 de autoria do Tribunal de Contas que dispõe sobre alterações na Lei nº 15854/08. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Artagão Júnior e Jocelito Canto solicitam vista - Concedido pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária